



Embrapa Tabuleiros Costeiros

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa Tabuleiros Costeiros

Pregão Eletrônico - Embrapa nº 90003/2026

OBJETO: CONTRATAR ENTIDADE sem fins lucrativos, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação, acompanhamento e disponibilização de aprendizes para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Tabuleiros Costeiros.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

☒ Menor Preço

☐ Maior Percentual de Desconto

MODO DE DISPUTA

☒ ABERTO

☐ ABERTO E FECHADO

Data de Abertura: 18/05/2026 às 09:00 hrs, sítio www.gov.br/compras

Valor total estimado:

Para fins meramente informativos, o valor global estimado da contratação é de **R\$ 204.658,80**, sendo **R\$ 66.990,00** referentes à taxa de administração e **R\$ 137.668,80** relativos a custos diretos reembolsáveis.

O critério de julgamento recairá **exclusivamente** sobre a taxa de administração mensal por aprendiz, **ESTIMADO EM R\$ 558,25**.

Justificativa para apresentação do preço de referência:

o presente objeto trata da contratação de serviço, cuja composição de custos envolve elementos variáveis e legalmente definidos, como salários, encargos sociais, benefícios obrigatórios e provisões trabalhistas, além de taxa de administração, razão pela qual a adoção de planilha referencial com preços unitários e global não sigilosos se mostra mais adequada, por garantir transparência, permitir a análise da exequibilidade das propostas e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 135013

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: Gestão

Elemento de Despesa: 33903039

Vistoria	Em caso de prorrogação da Ata, haverá renovação de quantitativos?	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Anexo IV: Contrato	Por item <input checked="" type="checkbox"/> Por Lotes <input type="checkbox"/> Preço Global <input type="checkbox"/>	Requisitos Básicos: Item 8 deste Edital.	<input type="checkbox"/> Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? Requisitos Específicos: Atestado de Capacidade Técnica; comprovação de registro/cadastro compatível com a execução do programa de aprendizagem, conforme Termo de Referência; demais exigências técnicas constantes do Termo de Referência (ANEXO I)	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Possibilidade de preços diferentes	Possibilidade de oferta inferior à quantidade máxima	Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.

Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cpatc.compras@embrapa.br	Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico: cpatc.compras@embrapa.br
DAS PROPOSTAS PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação. 1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguinte procedimentos, quando da disponibilidade financeira: a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação; b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação; 2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame. 3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância. 4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 24 (vinte e quatro) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.	
OBSERVAÇÕES GERAIS:	

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: Embrapa Tabuleiros Costeiros sediada na Avenida Governador Paulo Barreto de Menezes, 3250 - Jardins, Aracaju (SE) CEP 49.025-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão e SRP, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em 22/04/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 016/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.gov.br/compras.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a **contratação de entidade sem fins lucrativos, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação, acompanhamento e disponibilização de aprendizes para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros, nos Arcos de Administração (CBO 358), áreas de formação de almoxarife (CBO 414105) e auxiliar de escritório e administrativo (CBO 411005), e Agronegócio (CBO 362), área de formação profissional trabalhador volante de agricultura (CBO 622020), através do desenvolvimento de programa de aprendizagem profissional, nos termos da Lei nº 10.097/2000, do Decreto nº 9.579, de 2 de novembro de 2018, da Portaria MTE nº 3.872/2023 e demais legislações subsidiárias, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I). O quantitativo estimado é de 5 (cinco) aprendizes. Os parâmetros da contratação compreendem, entre outros: salário mínimo-hora, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, benefícios de vale-transporte e exames médicos ocupacionais, e encargos sociais previstos em lei para o regime de aprendizagem.**
- 2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.4. É vedada a contratação, para a mesma Unidade da Embrapa, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 46 da Lei nº 13.303/2016. Se o presente certame prever a contratação simultânea, esta condição será devidamente estabelecida no Termo de Referência (Anexo I).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

- a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
- c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

- a) Será admitida (☒) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- b) Não será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

- a) Será admitida (☒) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- b) Não será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

- a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (☒) , conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.
- b) estabelece o limite máximo de até empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

- a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;
- b) marca, se for o caso;
- c) Fabricante, se for o caso;
- d) Quantidade cotada, se for o caso;
- e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.
- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.
- 6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

- 6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:
- 6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez) centavos.
- 6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:
- a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
 - b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

- 6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:
- 6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.
- 6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

- 6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances

enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

- a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;
- b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.
- c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.(art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

6.59. Caso se trate de licitação em grupo ou lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.(Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;

h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

i) Realizar ou consultar estudos setoriais;

j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora

das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação. (art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: Fornecimento de Pneus;

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10.% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação.

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação. (x)

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

- 9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

- 11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).
- 11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- (☒) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
- (☐) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14. PENALIDADES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC)
 - 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
 - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.5. fraudar a licitação;
 - 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 14.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. multa;
 - 14.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 14.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de (.....) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e

impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

14.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

14.7. Qualquer conduta não prevista no item 14.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 14.12 a 14.24 deste Edital.

14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

14.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

14.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

14.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

14.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

14.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

14.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

14.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

14.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

14.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

14.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

14.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

14.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

14.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

14.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

14.13.1 No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de

Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

14.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 14.13 deste edital.

14.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

14.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

14.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

14.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

14.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

14.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

14.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

14.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

14.18.3. O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

14.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

14.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

14.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

14.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

14.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

14.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

14.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

14.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

14.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

14.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

14.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

14.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

14.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15. ATOS LESIVOS À Embrapa

15.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

15.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

15.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

15.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

15.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação

nacional;

b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

15.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

15.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

15.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

15.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

16.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

16.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

16.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico do certame.

16.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

16.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

16.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

16.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

16.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

17.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

17.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

17.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

17.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de ARACAJU (SE), com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

17.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA – Planilha de Preços;

c) ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO;

d) ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.

Aracaju (SE), 29 de ABRIL de 2026

Tânia Valeska Medeiros Dantas Simões

Chefe-Adjunta de Administração

Embrapa Tabuleiros Costeiros

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Este termo de referência tem por objeto fornecer parâmetros para **Contratação de entidade sem fins lucrativos, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação, acompanhamento e disponibilização de aprendizes para a Embrapa Tabuleiros Costeiros**, conforme Solicitação de Compras e/ou Serviços nº 0018/2026 - PE 90003/2026 (documento SEI nº 13348412).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Lei nº 10.097/2000 e o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelecem a obrigatoriedade de contratação de aprendizes em percentual de 5% a 15% das funções que demandem formação profissional, sujeitando os estabelecimentos que descumprirem essa determinação às penalidades previstas na legislação trabalhista.

2.2. No âmbito da Embrapa, a contratação direta de aprendizes mediante vínculo empregatício é inviável, tendo em vista a exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público para formação de vínculo empregatício com empresa pública (art. 37, II, da Constituição Federal de 1988).

2.3. Assim, a contratação por intermédio de entidade sem fins lucrativos qualificada em formação técnico-profissional metódica mostra-se a alternativa adequada e legalmente prevista, nos termos do art. 431 da CLT e do Decreto nº 9.579/2018, cabendo à entidade a condição de empregadora (com todos os ônus trabalhistas e previdenciários decorrentes) e à Embrapa Tabuleiros Costeiros a oferta da formação prática, garantindo o cumprimento da legislação e a adequada execução do programa de aprendizagem profissional.

2.4. A contratação visa atender à necessidade de regularização da cota legal de aprendizes na Embrapa Tabuleiros Costeiros, proporcionando a jovens entre 14 e 24 anos formação técnico-profissional metódica que combine aprendizagem teórica (ministrada pela entidade contratada) e prática profissional (desenvolvida nas dependências da Embrapa), contribuindo para o desenvolvimento profissional dos aprendizes e para o cumprimento da função social da empresa pública.

3. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES

3.1. Os serviços a serem contratados devem ser cotados conforme especificado abaixo:

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 204.658,80 (duzentos e quatro mil seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), para vigência de 24 meses, conforme descrito no Mapa Comparativo de Preços SEI nº 13348416 e Demonstrativo da Metodologia de Pesquisa de Preços SEI nº 13410178.

Item	Especificação	Unid. de Fornecimento	Qtd.
1	39.05.07148 - CONTRATAR ENTIDADE sem fins lucrativos, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação, acompanhamento e disponibilização de aprendizes para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Tabuleiros Costeiros, nos Arcos de Administração (CBO 358), áreas de formação de almoxarife (414105) e auxiliar de escritório e administrativo (411005), e Agronegócio (CBO 362), área de formação profissional trabalhador volante de agricultura (622020) , através do desenvolvimento de programa de aprendizagem profissional nos termos da Lei nº 10.097/2000, Decreto nº 9.579 de 2 de novembro de 2018 e da Portaria nº 3.872/2023 do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações subsidiárias. Parâmetros de contratação: Salário: salário mínimo (hora); Carga horária: 20 horas/semanais (04 horas diárias); Benefícios: vale-transporte e exames médicos (PCMSO); Encargos sociais: todos os previstos em lei para o regime de aprendizagem (FGTS 2%, INSS, etc.). VALOR MENSAL DA CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL OU TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA CADA JOVEM APRENDIZ.	Serviço	5

3.2. Havendo divergência entre a descrição complementar indicada no site "Compras.gov" e a especificada no Termo de Referência (acima), prevalece a contida neste último, assim como no Edital.

3.3. Com o objetivo de evitar que a proposta não seja aceita, é imprescindível que as licitantes observem que o valor a ser ofertado refere-se **exclusivamente à taxa de administração/contribuição institucional mensal por aprendiz**, conforme detalhamento da seção 3.4 deste Termo.

3.4. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A contratação envolve **dois componentes de custo distintos**, sendo apenas um deles objeto da disputa no pregão:

a) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL (OBJETO DA DISPUTA NO PREGÃO):

Valor fixo mensal por aprendiz que remunera **todos os serviços da entidade empregadora**:

- Recrutamento e seleção de candidatos;
- Contratação dos aprendizes (formalização de CTPS, registro, documentação admissional);
- Gestão de folha de pagamento (processamento mensal, cálculos, guias, obrigações acessórias);
- Formação técnico-profissional teórica (instrutores, material didático, infraestrutura física ou EAD);
- Acompanhamento pedagógico (supervisão, visitas, relatórios, avaliações);
- Coordenação e administração do programa;
- Plataforma tecnológica de gestão e acompanhamento;
- Estrutura administrativa, pedagógica e contribuição institucional.

Parâmetros da disputa:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário de Referência (único critério de disputa)	Valor Total Mensal	Valor Total (24 meses)
Taxa de administração por aprendiz	Mensal por aprendiz	5 aprendizes	R\$ 558,25/mês	R\$ 2.791,25	R\$ 66.990,00

ESTE É O ÚNICO VALOR SOBRE O QUAL HAVERÁ DISPUTA DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO da taxa de administração mensal por aprendiz.

b) CUSTOS DIRETOS COM OS APRENDIZES (NÃO INTEGRAM A DISPUTA - REEMBOLSO):

Os seguintes custos NÃO integram o valor disputado no pregão e serão reembolsados pela Embrapa mensalmente, mediante comprovação documental:

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS — JOVEM APRENDIZ				
Item	Descrição	% / periodicidade	Valor (R\$)	Fórmula / memória
1 SALÁRIO		%	VALOR (R\$)	
1.1	Salário	100,00%	R\$ 761,55	Salário-hora × horas semanais × semanas médias × 7/6
1.2	Periculosidade	0,00%	-	Sem previsão.
1.3	Insalubridade	0,00%	-	Sem previsão.
1.4	Total	100,00%	R\$ 761,55	Soma de 1.1 a 1.3
2 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE SALÁRIO		%	VALOR (R\$)	
2.1	INSS	ISENTO	-	Sem previsão.
2.2	FGTS - 2,0% sobre (1.1 + 1.2 + 1.3)	2,00%	R\$ 15,23	FGTS sobre remuneração salarial.
2.3	PIS	IMUNE	-	Sem previsão.
2.4	Total dos encargos sociais	2,00%	R\$ 15,23	Soma de 2.1 a 2.3
3 PROVISÃO MENSAL SOBRE SALÁRIO		REPRESENTATIVIDADE % AJUSTADA	VALOR (R\$)	
3.1	Férias - (1.1 + 1.2 + 1.3) / 12	8,33%	R\$ 63,46	1/12 da remuneração.
3.2	Terço legal de férias - (1/3 sobre 3.1)	2,78%	R\$ 21,15	Adicional constitucional de 1/3 sobre férias.
3.3	FGTS sobre férias - 2,0% sobre (3.1 + 3.2)	0,22%	R\$ 1,69	FGTS sobre férias + terço.
3.4	13º Salário - (1.1 + 1.2 + 1.3) / 12	8,33%	R\$ 63,46	1/12 da remuneração.
3.5	FGTS sobre 13º Salário - 2,0% sobre 3.4	0,17%	R\$ 1,27	FGTS sobre 13º.
3.6	Total das provisões	0,198319217	R\$ 151,03	Soma das provisões mensais.
4 BENEFÍCIOS		PERIODICIDADE	VALOR (R\$)	
4.1	Vale Transporte	mensal	R\$ 198,00	R\$ 9,00 (passagem ida e volta) x 22 (dias)
4.1.1	Taxa de Administração do VT - (5,35% sobre 4.1)	mensal	R\$ 10,59	
4.2	Total dos benefícios	mensal	R\$ 208,59	Soma dos benefícios.
5 DESPESAS		PERIODICIDADE	VALOR (R\$)	
5.1	PCMSO Por Aprendiz (exames médicos)	mensal	R\$ 10,84	Valor Estimado.
5.2	Total das despesas	mensal	R\$ 10,84	Soma das despesas.
6 CUSTOS OPERACIONAIS		PERIODICIDADE	VALOR (R\$)	
6.1	Contribuição Institucional / Taxa de Administração	mensal	R\$ 558,25	Valor Estimado.
6.2	Total dos custos operacionais	mensal	R\$ 558,25	Soma dos custos operacionais.
QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL POR APRENDIZ			VALOR (R\$)	
1	Total do Salário		R\$ 761,55	
2	Total dos Encargos Sociais sobre salário		R\$ 15,23	
3	Total das Provisões		R\$ 151,03	
4	Total dos Benefícios		R\$ 208,59	
5	Total de Despesas		R\$ 10,84	
6	Total dos custos operacionais		R\$ 558,25	
7	Valor Mensal Por Aprendiz (1+2+3+4+5+6)		R\$ 1.705,49	
8	Valor Total Mensal Para 5 Aprendizizes		R\$ 8.527,45	
QUADRO DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO			VALOR (R\$)	
9	Valor Global do Contrato Para 24 Meses Para 1 Aprendizizes		R\$ 40.931,76	Valor mensal por aprendiz × vigência em meses.
10	Valor Global do Contrato Para 24 Meses Para 5 Aprendizizes		R\$ 204.658,80	Valor mensal total × vigência em meses.

Observação crítica: Esses valores são **estimativas** para fins de cálculo do valor global do contrato e de disponibilidade orçamentária. O reembolso real será conforme **execução efetivamente comprovada**, mediante apresentação mensal de:

- Folha de pagamento detalhada e discriminada;
- Guias de recolhimento de FGTS (GFIP/SEFIP) devidamente quitadas;
- Comprovantes nominais de fornecimento de vale-transporte (extratos, notas fiscais);
- Notas fiscais ou recibos de realização de exames médicos ocupacionais.

Observação sobre vale-transporte: O valor estimado de R\$ 176,00/mês/aprendiz refere-se ao transporte urbano em Aracaju (Sede). Para aprendizes alocados no Campo Experimental de Itaporanga, o custo de vale-transporte poderá ser superior, devendo ser calculado pela Contratada com base nas tarifas intermunicipais vigentes e no itinerário específico residência ↔ campo experimental, incluindo os deslocamentos para aulas teóricas em Aracaju. O reembolso será realizado conforme comprovação documental mensal.

c) VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO (24 MESES):

Componente	Valor Mensal Estimado	Valor Total (24 meses)
Taxa de administração (único objeto da disputa)	R\$ 2.791,25	R\$ 66.990,00
Custos diretos (reembolso conforme execução)	R\$ 5.736,20	R\$ 137.668,80
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 8.527,45	R\$ 204.658,80

4. CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1. Arcos ocupacionais e ocupações:

A formação profissional deverá abranger as seguintes ocupações, organizadas por arco ocupacional conforme Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional e Portaria MTE nº 3.872/2023:

a) Arco de Administração (CBO 358):

- Almoxarife (CBO 414105);
- Auxiliar de escritório e administrativo (CBO 411005).

b) Arco de Agronegócio (CBO 362):

- Trabalhador volante de agricultura (CBO 622020).

4.2. Carga horária e distribuição:

A formação profissional metódica obedecerá à seguinte estrutura:

a) Carga horária total do programa: Mínimo de 800 (oitocentas) horas, conforme programa de aprendizagem registrado no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAF) do Ministério do Trabalho e Emprego;

b) Formação teórica: Ministrada pela entidade contratada, em suas instalações próprias, conveniadas ou mediante plataforma de ensino a distância (EAD) homologada, conforme metodologia aprovada no programa registrado no CNAF;

c) Formação prática: Desenvolvida nas dependências da Embrapa Tabuleiros Costeiros, sob supervisão de empregados designados como orientadores práticos, contemplando atividades reais relacionadas às ocupações para as quais os aprendizes estão sendo formados;

d) Distribuição semanal: 20 (vinte) horas semanais, 04 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, distribuídas entre formação teórica e prática conforme planejamento pedagógico aprovado, em horário a ser definido pela Embrapa em conformidade com suas necessidades operacionais e em articulação com a entidade contratada.

4.3. Conteúdo programático mínimo:

O programa de aprendizagem deverá contemplar:

a) Formação básica (transversal a todas as ocupações):

- Direitos e deveres do trabalhador;
- Ética e cidadania no ambiente de trabalho;
- Comunicação oral e escrita;
- Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe;
- Saúde e segurança no trabalho;
- Diversidade, inclusão e combate à discriminação;
- Noções de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- Educação financeira básica.

b) Formação específica (por ocupação):

- Conteúdos técnicos relacionados às atividades da ocupação conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- Práticas profissionais contextualizadas às atividades da Embrapa (pesquisa agropecuária, administração pública, gestão de almoxarifado, atividades agrícolas);
- Desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais previstas no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional;
- Uso de ferramentas, equipamentos, sistemas informatizados e metodologias específicas de cada ocupação.

4.4. Metodologia pedagógica:

A entidade contratada deverá:

- Adotar metodologia ativa de ensino-aprendizagem, com ênfase na prática profissional contextualizada;
- Disponibilizar material didático adequado e atualizado (físico ou digital);
- Designar instrutores/docentes com qualificação técnica e pedagógica comprovada nas áreas de formação (administração, agronegócio);
- Realizar avaliações periódicas de aprendizagem e desempenho dos aprendizes (no mínimo bimestrais);
- Emitir certificado de qualificação profissional ao término do programa, com validade nacional, nos termos da legislação vigente, aos aprendizes que concluírem integralmente a formação com aproveitamento satisfatório.

4.5. Acompanhamento e supervisão pedagógica:

A entidade contratada deverá:

a) Designar supervisor/coordenador pedagógico: Responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico dos aprendizes, com formação mínima em pedagogia, psicopedagogia, administração ou áreas correlatas;

b) Realizar visitas periódicas: No mínimo 01 (uma) visita mensal presencial às dependências da Embrapa para acompanhamento da formação prática, com registro em relatório;

c) Fornecer relatórios mensais: Contendo frequência dos aprendizes (formação teórica e prática), atividades desenvolvidas, avaliações de desempenho, registro de ocorrências e análise do desenvolvimento individual;

d) Disponibilizar plataforma digital: Sistema informatizado para registro e acompanhamento em tempo real das atividades práticas, frequência, avaliações e comunicação, com acesso permanente pelos fiscais do contrato da Embrapa;

e) Manter canal de comunicação: Permanente e efetivo (telefone, e-mail, WhatsApp institucional) com os orientadores práticos e com o fiscal do contrato designado pela Embrapa, com prazo máximo de resposta de 24 horas úteis para demandas ordinárias e imediato para situações emergenciais.

5. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. Além dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira previstos no edital, a entidade participante deverá comprovar, **obrigatoriamente**, na fase de habilitação:

5.1.1. Qualificação legal:

a) Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Aracaju/SE ou do município de sua sede, quando a entidade atua com formação de adolescentes de 14 a 18 anos incompletos (conforme art. 430, II, da CLT);

b) Registro, credenciamento ou autorização de funcionamento emitido por órgão competente (Secretaria de Educação, Conselho Estadual de Educação, Ministério do Trabalho e Emprego ou equivalente) que ateste a qualificação da entidade para ministrar programas de educação profissional ou aprendizagem profissional;

5.1.2. Programa de aprendizagem registrado no CNAP:

Comprovação de que a entidade possui **programa(s) de aprendizagem profissional** devidamente registrado(s) e ativo(s) no **Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP)** do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante apresentação de:

- a) Comprovante de cadastro/registro no CNAP, contendo código de identificação do programa, situação (ativo), ocupações contempladas e data de validade;
- b) Os programas registrados devem contemplar, no mínimo, **uma das ocupações** objeto desta contratação:
- Almoxeiro (CBO 414105); ou
 - Auxiliar de escritório e administrativo (CBO 411005); ou
 - Trabalhador volante de agricultura (CBO 622020); ou
 - Ocupações de arcos ocupacionais correlatos (Administração - CBO 358 ou Agronegócio - CBO 362) que permitam a formação nas ocupações específicas requeridas.

c) Caso a entidade não possua programa registrado para **todas** as ocupações requeridas, deverá apresentar declaração formal de compromisso de providenciar o registro complementar no CNAP no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

5.1.3. Experiência comprovada:

Apresentação de **no mínimo 01 (um) atestado** de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a entidade executou ou está executando serviços **compatíveis e pertinentes** com o objeto desta contratação, contendo:

- a) Identificação da pessoa jurídica emitente (razão social, CNPJ, endereço, telefone);
- b) Descrição dos serviços executados: programa de aprendizagem profissional em conformidade com a Lei nº 10.097/2000;
- c) Declaração expressa de que os serviços foram executados satisfatoriamente, sem ocorrências graves ou rescisão contratual por culpa da entidade.
- Observação:** Não será aceito atestado emitido pela própria licitante em nome de terceiros.

5.1.4. Capacidade técnico-operacional:

a) Estrutura de formação teórica:

Comprovação de que a entidade possui estrutura adequada para ministrar a formação teórica, mediante apresentação de **pelo menos uma** das seguintes opções:

- Comprovante de instalações próprias (contrato social, escritura, matrícula no registro de imóveis ou contrato de locação vigente) com descrição de salas de aula, laboratórios ou espaços pedagógicos;
- Termo de convênio ou parceria com instituição de ensino que disponibilize instalações físicas para formação teórica;
- Plataforma de ensino a distância (EAD) homologada, com apresentação de print de tela demonstrando funcionalidades, conteúdos disponíveis e comprovação de titularidade ou direito de uso.

b) Corpo docente qualificado:

Apresentação de relação nominal de **no mínimo 02 (dois) instrutores/docentes** que atuarão no programa, com:

- Formação acadêmica mínima: nível médio completo com formação técnica na área ou nível superior (graduação) em áreas correlatas às ocupações (Administração, Agronomia, Pedagogia ou áreas afins);
- Comprovação de qualificação: cópias de diplomas, certificados ou declarações de instituições de ensino;
- Experiência profissional ou docente: curriculum vitae resumido (máximo 2 páginas por instrutor) demonstrando experiência de no mínimo 01 (um) ano em docência, formação profissional ou atuação prática nas áreas de administração ou agronegócio.

c) Plataforma de gestão e acompanhamento:

Apresentação de **declaração formal** de que a entidade disponibilizará plataforma digital (sistema informatizado, aplicativo web ou mobile) para registro de frequência, acompanhamento de atividades práticas, lançamento de avaliações e comunicação com a Embrapa, com acesso mediante login e senha aos fiscais do contrato.

Observação: A plataforma poderá ser própria, desenvolvida por terceiros ou fornecida por parceiro tecnológico, desde que garantida a disponibilidade durante toda a vigência contratual.

d) Capacidade de início imediato:

Declaração formal, assinada pelo representante legal da entidade, de que possui condições técnicas, operacionais e administrativas para iniciar a execução dos serviços (processo seletivo, contratação dos aprendizes e início da formação) no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato.

5.1.5. Amplitude geográfica:

5.1.5.1. Embora a execução dos serviços (formação prática dos aprendizes) ocorra exclusivamente nas dependências da Embrapa Tabuleiros Costeiros em Aracaju/SE, **admite-se a participação de entidades sediadas em qualquer unidade da federação**, em observância ao princípio da ampla competitividade (art. 3º da Lei nº 13.303/2016).

5.1.5.2. Entidades sediadas fora do Estado de Sergipe deverão demonstrar, na fase de habilitação, **capacidade de atendimento à demanda** em Aracaju/SE, mediante apresentação de:

- a) Declaração formal de que realizará deslocamento periódico de supervisor/coordenador pedagógico para acompanhamento presencial mensal da formação prática; **ou**
- b) Comprovação de estrutura própria, conveniada ou parceira no município de Aracaju/SE ou região metropolitana (Sergipe) para ministrar a formação teórica e realizar o acompanhamento presencial; **ou**
- c) Declaração de que utilizará plataforma EAD para formação teórica, combinada com deslocamento periódico de supervisor para acompanhamento presencial da formação prática.

5.1.5.3. A simples declaração de capacidade de atendimento não dispensa a entidade de comprovar efetivamente essa capacidade durante a execução contratual, sob pena de rescisão por descumprimento de obrigação essencial.

6. ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os valores estimados para atender a despesa para a contratação dos serviços foram baseados em pesquisa de mercado realizada mediante consulta formal a entidades qualificadas entre os dias 11/03/2026 e 23/03/2026, conforme documentado na Metodologia de Pesquisa de Preços (SEI nº 13410178) e no Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 13348416), os quais servirão de referência para a licitação.

6.2. Os recursos consignados na proposta Orçamentária Geral da União, para os exercícios de 2026 e 2027, a cargo da Embrapa Tabuleiros Costeiros, em fonte de recursos [inserir], programas de trabalho [inserir], elemento de despesas **339039** (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

6.3. Dotação orçamentária estimada:

Exercício	Componente	Valor Estimado
2026 (6 meses) -->	Taxa de administração	R\$ 16.747,50
2026 (6 meses) -->	Custos diretos (reembolso)	R\$ 34.417,20
Subtotal 2027	-	R\$ 51.164,70
2027 (12 meses - prorrogação) -->	Taxa de administração	R\$ 33.495,00
2027 (12 meses - prorrogação)-->	Custos diretos (reembolso)	R\$ 68.834,40
Subtotal 2028	-	R\$ 102.330,00
2028 (6 meses) -->	Taxa de administração	R\$ 16.747,50
2028 (6 meses) -->	Custos diretos (reembolso)	R\$ 34.417,20
TOTAL (24 meses)	-	R\$ 204.658,80

6.4. A dotação orçamentária para o exercício de 2027 fica condicionada à disponibilidade de crédito orçamentário e à decisão de prorrogação do contrato, mediante termo aditivo, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

7. DO PREÇO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. No preço da **taxa de administração/contribuição institucional** (único objeto da disputa no pregão) deverão estar incluídos **todos os custos diretos e indiretos da entidade**, inclusive taxas, tributos, despesas administrativas, pedagógicas, de coordenação, de acompanhamento e supervisão, margem de contribuição institucional e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços pela entidade empregadora.

7.2. Os custos diretos com **salários dos aprendizes, vale-transporte, exames médicos (PCMSO) e encargos sociais legais** (FGTS, INSS, contribuições previstas em lei) **NÃO integram a disputa de lances no pregão**, sendo **reembolsados pela Embrapa** conforme execução efetiva mensal e comprovação documental, nos termos da seção 11 deste Termo de Referência.

7.3. Forma de apresentação da proposta comercial:

As licitantes deverão apresentar proposta comercial contendo **exclusivamente**:

a) Valor unitário ofertado: Taxa de administração/contribuição institucional mensal por aprendiz (em reais, com até duas casas decimais);

b) Planilha de composição de custos: Detalhamento dos elementos que compõem a taxa de administração ofertada, conforme modelo a ser fornecido no edital (Anexo II - Planilha de Composição de Custos), incluindo:

- Recrutamento e seleção;
- Contratação (registro em CTPS, documentação);
- Gestão de folha de pagamento;
- Formação técnico-profissional teórica (instrutores, material didático, infraestrutura);
- Acompanhamento pedagógico (supervisão, visitas, relatórios);
- Coordenação e administração do programa;
- Plataforma tecnológica;
- Margem institucional/contribuição.

c) Declaração de ciência: Declaração expressa de que a licitante tem plena ciência de que os custos diretos com os aprendizes (salários, vale-transporte, exames médicos, encargos sociais) serão reembolsados pela Embrapa mediante comprovação documental, não integrando o valor disputado no pregão.

7.4. Inexequibilidade de propostas:

Serão consideradas inexequíveis e desclassificadas propostas com valores da taxa de administração manifestamente inferiores aos custos operacionais mínimos para execução adequada dos serviços, conforme análise técnica a ser realizada pela Embrapa com base na planilha de composição de custos apresentada.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento é o **MENOR PREÇO** da **taxa de administração/contribuição institucional mensal por aprendiz**.

8.2. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor valor unitário mensal** da taxa de administração por aprendiz, desde que atenda a todas as exigências de habilitação técnica, jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira previstas no edital, e cuja proposta não seja considerada inexequível.

8.3. O valor da taxa de administração/contribuição institucional adjudicado deverá permanecer **fixo** durante toda a vigência contratual inicial (24 meses), sendo reajustável apenas nos termos da cláusula de reajuste prevista no contrato, conforme seção 15.4 deste Termo de Referência.

8.4. Cálculo do valor mensal e total do contrato:

Descrição	Fórmula	Exemplo (se adjudicado R\$ 558,25/mês/aprendiz)
Valor mensal da taxa de administração	Valor adjudicado × 5 aprendizes	R\$ 558,25 × 5 = R\$ 2.791,25/mês
Valor total da taxa (24 meses)	Valor mensal × 24 meses	R\$ 2.791,25 × 24 = R\$ 64.800,00
Custos diretos estimados (24 meses)	Estimativa (reembolso conforme execução)	R\$ 137.670,00
Valor total estimado do contrato	Taxa adjudicada + Custos diretos	R\$ 202.470,00

9. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Locais da formação prática (atividades práticas dos aprendizes):

Os serviços serão prestados nas dependências da Embrapa Tabuleiros Costeiros, nos seguintes endereços:

a) Sede - Embrapa Tabuleiros Costeiros:

Av. Gov. Paulo Barreto de Menezes (antiga Av. Beira Mar), nº 3250
Jardins, CEP 49025-040
Aracaju - SE

Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 8h00 às 17h00 (com intervalo para almoço)

b) Campo Experimental de Itaporanga:

Rod. SE 100 Km 3 - Caueira - Fazenda Caju
Itaporanga D'Ajuda - SE
CEP 49120-000

Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 8h00 às 17h00 (com intervalo para almoço)

9.1.1. Distribuição dos aprendizes:

A distribuição inicial dos 5 (cinco) aprendizes entre os locais de atuação será definida pela Embrapa na Reunião Preliminar de Alinhamento prevista no item 6.1 deste Termo de Referência, considerando as necessidades operacionais e o perfil de cada ocupação.

9.1.2. Alocação fixa:

A alocação dos aprendizes nos respectivos locais de atuação será **fixa** durante a vigência do contrato individual de aprendizagem, salvo necessidade de remanejamento devidamente justificada pela Embrapa, hipótese em que eventuais ajustes de custos (vale-transporte, logística) serão formalizados mediante termo aditivo ao contrato.

9.1.3. Horário de permanência:

O horário específico de permanência dos aprendizes na Embrapa (formação prática) será definido pela Embrapa em articulação com a entidade contratada, respeitando-se a distribuição de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais entre formação teórica e prática.

9.2. Local da formação teórica:

A formação teórica será ministrada pela entidade contratada **obrigatoriamente no município de Aracaju/SE** ou região metropolitana, em:

- a)** Instalações próprias da entidade (sede, filial ou unidade operacional); **ou**
- b)** Instalações conveniadas ou cedidas por parceiros; **ou**
- c)** Plataforma de ensino a distância (EAD) homologada.

Observação: O local e a modalidade (presencial, EAD ou híbrida) deverão estar conforme programa de aprendizagem registrado no CNAP e informados na proposta técnica apresentada pela licitante vencedora.

9.2.1. Deslocamento para formação teórica:

Todos os aprendizes, independentemente do local de alocação para atividades práticas (Sede ou Campo Experimental), deverão comparecer às aulas teóricas em Aracaju/SE conforme cronograma estabelecido pela entidade contratada.

9.2.2. Vale-transporte para formação teórica:

O vale-transporte fornecido deverá contemplar **tanto** o deslocamento residência ↔ local de formação prática (Sede ou Campo Experimental) **quanto** o deslocamento residência ↔ local de formação teórica (Aracaju), conforme calendário de atividades de cada aprendiz, sendo calculado proporcionalmente aos dias efetivos de cada modalidade no mês.

9.3. Prazo de início da execução dos serviços:

A entidade contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo **máximo de 30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato.

9.4. Vigência contratual:

O contrato terá vigência inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período (12 meses), mediante termo aditivo, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, até o limite de **60 (sessenta) meses** de duração total, observados:

- a)** O interesse e a conveniência da Embrapa;
- b)** A disponibilidade orçamentária e financeira;
- c)** O cumprimento satisfatório das obrigações contratuais pela Contratada;
- d)** A concordância expressa da Contratada quanto aos termos da prorrogação.

9.5. Continuidade do programa de aprendizagem:

9.5.1. Os contratos individuais de aprendizagem firmados entre a entidade e os aprendizes terão duração prevista no programa registrado no CNAP (geralmente 12 a 24 meses), independentemente da vigência do contrato entre Embrapa e a entidade.

9.5.2. Caso o contrato individual de aprendizagem de determinado aprendiz seja concluído antes do término da vigência do contrato com a Embrapa, a entidade deverá providenciar a substituição por novo aprendiz no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o quantitativo de 5 (cinco) aprendizes durante toda a vigência contratual.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Os serviços deverão ser recebidos da seguinte forma:

10.1.1. Recebimento provisório mensal:

Mensalmente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a apresentação da documentação completa pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços executados.

Documentação a ser apresentada mensalmente:

a) Relatório de frequência dos aprendizes:

- Frequência da formação teórica (ministrada pela entidade);
- Frequência da formação prática (nas dependências da Embrapa);
- Justificativas de faltas (atestados médicos, declarações);
- Percentual de presença individual (mínimo 75% exigido);

b) Relatório de atividades desenvolvidas no mês:

- Conteúdos teóricos ministrados (temas, carga horária);
- Atividades práticas realizadas na Embrapa (descrição, orientador responsável);
- Avaliações aplicadas e resultados (notas, conceitos, pareceres);

c) Relatório de desempenho e avaliações pedagógicas:

- Avaliação individual de cada aprendiz (desempenho técnico e comportamental);
- Evolução do aprendizado (progressos, dificuldades identificadas);
- Ações de reforço ou apoio pedagógico realizadas (quando aplicável);

d) Comprovantes de pagamento de salários e benefícios:

- Folha de pagamento do mês (discriminando salário-base, descontos, líquido);
- Comprovantes de pagamento ou transferência bancária (extrato, TED, DOC);
- Comprovantes de fornecimento de vale-transporte (extratos nominais, notas fiscais de recarga);

e) Comprovantes de recolhimento de encargos sociais:

- Guia de recolhimento do FGTS (GFIP/SEFIP) devidamente quitada;
- Guia de recolhimento do INSS (GPS) devidamente quitada;
- Comprovantes de recolhimento de outras contribuições legais (quando aplicável);

f) Comprovantes de realização de exames médicos ocupacionais:

- Notas fiscais ou recibos de clínicas/laboratórios (exames admissionais, periódicos, demissionais realizados no mês);
- ASOs (Atestados de Saúde Ocupacional) emitidos pelo médico do trabalho;

g) Nota fiscal de serviços:

- Emitida pela entidade contratada, referente à taxa de administração do mês (quantidade de aprendizes × valor unitário adjudicado);
- Descrição detalhada dos serviços prestados no período.

10.1.2. Recebimento definitivo mensal:

No prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade dos serviços executados no mês com as especificações contratuais e conferência do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Critérios de verificação para recebimento definitivo:

a) Frequência mínima: Aprendizes com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no mês, considerando formação teórica e prática conjuntamente;

b) Cumprimento de carga horária: Comprovação de que foram cumpridas as 20 horas semanais (formação teórica + prática) conforme planejamento;

c) Realização de acompanhamento pedagógico: Evidências de que houve supervisão efetiva (relatórios de visitas, registros na plataforma digital);

d) Regularidade trabalhista e previdenciária: Pagamentos de salários, benefícios e encargos em dia, sem irregularidades;

e) Qualidade da formação: Avaliações pedagógicas realizadas, relatórios consistentes, evolução dos aprendizes compatível com o programa.

10.1.3. Atesto para pagamento:

Após o recebimento definitivo, o fiscal do contrato emitirá **atesto** na nota fiscal de serviços e nos comprovantes de custos diretos (para fins de reembolso), autorizando o pagamento pela Embrapa.

10.2. Fiscalização do contrato:

10.2.1. A Embrapa designará servidor(es) público(s) como **fiscal(is) titular e suplente do contrato**, nos termos do art. 67 da Lei nº 13.303/2016, responsáveis por:

a) Acompanhar a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada;

b) Verificar diariamente a frequência e o desempenho dos aprendizes nas atividades práticas desenvolvidas na Embrapa;

c) Validar os relatórios mensais apresentados pela Contratada, conferindo consistência das informações com a realidade observada;

d) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades, falhas ou necessidades de correção identificadas, estabelecendo prazos para regularização;

e) Atestar as notas fiscais de serviços e os comprovantes de custos diretos para fins de pagamento, somente após verificação da conformidade;

f) Solicitar, sempre que necessário, documentos complementares, esclarecimentos ou comprovações adicionais;

g) Registrar formalmente **todas as ocorrências** relacionadas à execução contratual em relatórios de fiscalização, que servirão como subsídio para aplicação de sanções, se necessário;

h) Manter interlocução permanente com o supervisor pedagógico da Contratada e com os orientadores práticos dos aprendizes na Embrapa;

i) Avaliar periodicamente (no mínimo semestralmente) a qualidade geral da execução contratual e propor melhorias ou ajustes quando pertinente.

10.2.2. A fiscalização pela Embrapa não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou dano causado.

10.3. Recusa dos serviços:

Os serviços prestados no mês serão **recusados** nas seguintes hipóteses:

a) Frequência insuficiente: Aprendiz com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) no mês sem justificativa válida ou sem providências da Contratada para regularização;

b) Descumprimento de carga horária: Comprovação de que não foram cumpridas as 20 horas semanais (formação teórica + prática) de forma reiterada;

c) Irregularidade trabalhista ou previdenciária: Atraso no pagamento de salários, benefícios ou encargos sociais; ausência de comprovantes de quitação de FGTS ou INSS;

d) Ausência de formação teórica: Comprovação de que a formação teórica não está sendo ministrada conforme programa registrado no CNAP, ou com carga horária inferior ao previsto;

e) Falta de acompanhamento pedagógico: Ausência de visitas presenciais mensais do supervisor da Contratada, relatórios incompletos ou inconsistentes, falta de registros na plataforma digital;

f) Qualidade pedagógica insatisfatória: Aprendizes sem evolução no aprendizado, avaliações não realizadas, ausência de ações de reforço para aprendizes com dificuldades;

g) Descumprimento de obrigação contratual relevante: Qualquer outra violação significativa das cláusulas contratuais ou das especificações deste Termo de Referência.

10.4. Prazo para regularização:

10.4.1. Em caso de recusa dos serviços por qualquer dos motivos elencados no item 10.3, a Contratada será **notificada formalmente** (por e-mail institucional com confirmação de recebimento ou ofício) e terá o prazo de **10 (dez) dias corridos** para apresentar justificativas e/ou providenciar a regularização da situação.

10.4.2. Caso a regularização não ocorra no prazo estabelecido, ou caso as justificativas sejam consideradas insuficientes pela fiscalização, serão aplicadas as **sanções administrativas** previstas na seção 13 deste Termo de Referência, podendo culminar em rescisão contratual.

10.4.3. Durante o período de irregularidade não regularizada, **não será efetuado o pagamento** referente ao(s) aprendiz(es) ou serviço(s) em situação irregular, até que a conformidade seja restabelecida.

11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, **mensalmente**, em até **30 (trinta) dias corridos** após o **recebimento definitivo** dos serviços do mês e da correspondente documentação completa (nota fiscal de serviços, comprovantes de custos diretos e relatórios), desde que verificados, atestados e aceitos pela fiscalização do contrato.

11.2. Composição do pagamento mensal:

O pagamento mensal à Contratada será composto por **dois elementos distintos**:

11.2.1. Nota fiscal de serviços (Taxa de administração):

a) **Emissão:** A Contratada emitirá nota fiscal de serviços mensalmente, descrevendo os serviços de gestão do programa de aprendizagem profissional prestados no período;

b) **Cálculo do valor:**

Descrição	Fórmula	Exemplo (valor adjudicado R\$ 558,25/mês/aprendiz)
Quantidade de aprendizes ativos no mês	Conforme relatório de frequência validado	5 aprendizes
Valor unitário adjudicado	Conforme resultado do pregão	R\$ 558,25/mês/aprendiz
Valor total da nota fiscal	Qtd. aprendizes × Valor unitário	5 × R\$ 558,25 = R\$ 2.791,25

c) **Proporcionalidade:** O pagamento da taxa de administração será **proporcional ao número de aprendizes efetivamente em atividade** no mês:

- Se houver 5 aprendizes ativos durante todo o mês → pagamento integral de 5 × valor unitário;
- Se houver desligamento no dia 15 do mês e o substituto iniciar apenas no dia 10 do mês seguinte → pagamento proporcional ou reduzido conforme período de vacância;
- Regra:** Durante período de vacância (ausência de aprendiz no posto), não é devida a taxa de administração referente ao posto vago.

d) **Prazo para emissão:** Até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

11.2.2. Reembolso de custos diretos:

a) **Forma:** Os custos diretos com salários, vale-transporte, exames médicos e encargos sociais **não integram a nota fiscal de serviços** e são **reembolsados mediante comprovação documental**.

b) **Documentação obrigatória para reembolso:**

Custo	Comprovante Obrigatório	Forma de Reembolso
Salários	Folha de pagamento + comprovantes de transferência bancária (extrato, PIX, TED, DOC)	Valor integral dos salários pagos aos 5 aprendizes no mês
Vale-transporte	Extratos nominais de fornecimento + notas fiscais de recarga de cartões	Valor efetivamente fornecido conforme utilização comprovada
Exames médicos	Notas fiscais ou recibos de clínicas/laboratórios + ASOs emitidos	Valor dos exames realizados no mês (admissionais, periódicos, demissionais)
FGTS	Guia GFIP/SEFIP quitada (comprovante de pagamento bancário)	Valor recolhido (2% sobre remuneração dos 5 aprendizes)
INSS	Guia GPS quitada (comprovante de pagamento bancário)	Valor recolhido (cota patronal 20% + cota empregado 8% + RAT)
Outros encargos	Guias ou comprovantes específicos de cada contribuição	Valor recolhido (Salário-educação, Sistema S, etc.)

c) **Apresentação:** A Contratada apresentará mensalmente, junto com a nota fiscal de serviços, um **demonstrativo financeiro consolidado** (planilha Excel ou equivalente) discriminando todos os custos diretos do mês, com referência aos comprovantes anexados (numeração sequencial para facilitar conferência).

d) **Conferência:** A fiscalização do contrato conferirá os valores apresentados, validará os comprovantes e atestará o reembolso devido.

e) **Pagamento:** O reembolso dos custos diretos será efetuado **no mesmo crédito** (mesma transferência bancária) da nota fiscal de serviços, desde que a documentação esteja completa e aprovada.

11.3. Exemplo prático de pagamento mensal:

Hipótese: Valor adjudicado R\$ 558,25/mês/aprendiz; 5 aprendizes ativos durante todo o mês.

Item	Valor
Taxa de administração (nota fiscal de serviços)	5 × R\$ 558,25 = R\$ 2.791,25
Custos diretos comprovados no mês:	
- Salários (5 aprendizes × R\$ 761,55)	R\$ 3.807,75

Item	Valor
- Vale-Transporte (conforme utilização)	R\$ 990,00
- Taxa Administrativa do VT (5,35%)	R\$ 52,95
- FGTS (2% sobre R\$ 3.807,75)	R\$ 76,15
- Provisões (férias, 13º, FGTS, rescisão - rateio)	R\$ 755,15
- Exames médicos (rateio mensal)	R\$ 54,20
Subtotal custos diretos	R\$ 5.736,20
VALOR TOTAL A PAGAR NO MÊS	R\$ 8.527,45

Observação: Os valores dos custos diretos variam mensalmente conforme execução real, dias úteis, utilização de vale-transporte, realização de exames, etc. O exemplo acima é meramente ilustrativo.

11.4. Retenções e descontos obrigatórios:

11.4.1. A Embrapa promoverá, quando for o caso, a **retenção de impostos, taxas e contribuições** na forma da legislação vigente, especialmente:

a) ISS (Imposto Sobre Serviços): Conforme legislação municipal do local da prestação dos serviços (Aracaju/SE), se a Contratada não comprovar que o tributo foi recolhido por ela própria no município de sua sede ou mediante documento de opção pelo recolhimento na origem;

b) INSS (Retenção de 11%): Conforme Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, se aplicável ao serviço prestado, deduzindo-se o valor retido do montante a pagar;

c) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): Conforme legislação vigente, se aplicável;

d) Contribuição previdenciária sobre a nota fiscal (Lei nº 9.711/98): Se aplicável.

11.4.2. Para evitar retenções indevidas, a Contratada deverá apresentar, sempre que cabível, documentos comprobatórios de imunidade, isenção ou recolhimento prévio dos tributos.

11.4.3. Serão descontados do pagamento devido:

a) Multas aplicadas por descumprimento contratual, que não tenham sido recolhidas voluntariamente pela Contratada no prazo estabelecido na notificação;

b) Valores pagos indevidamente em meses anteriores, identificados em conferências posteriores;

c) Glosas de custos diretos não comprovados adequadamente ou considerados indevidos pela fiscalização.

11.5. Suspensão do prazo de pagamento:

11.5.1. Qualquer **erro, omissão ou irregularidade** na nota fiscal, nos comprovantes de custos diretos ou na documentação obrigatória será motivo de **devolução** à Contratada para correção, gerando a **suspensão do prazo de pagamento**.

11.5.2. Após a regularização definitiva da situação, o prazo de pagamento passará a ser de **5 (cinco) dias úteis** contados da data da reapresentação dos documentos corrigidos e aceitos pela fiscalização.

11.5.3. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver **pendência de liquidação de obrigação financeira** por parte da Contratada, em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou glosa de despesas.

11.6. Dados bancários e forma de pagamento:

11.6.1. A Embrapa fará o crédito do valor devido através de **depósito ou transferência bancária** (TED, DOC ou PIX) em conta corrente de titularidade da Contratada.

11.6.2. Os dados bancários (banco, agência, conta corrente, titular) deverão ser informados pela Contratada **na nota fiscal** ou em documento separado, e qualquer alteração deverá ser comunicada formalmente à Embrapa com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do pagamento.

11.6.3. A Embrapa **não se responsabiliza** por pagamentos efetuados em conta bancária divergente da informada oficialmente pela Contratada, ficando a cargo desta a recuperação de valores eventualmente creditados incorretamente.

11.7. Atraso no pagamento:

11.7.1. Os valores porventura pagos com atraso pela Embrapa, **desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto** (atraso na entrega de documentação, documentos com erros, descumprimento de obrigações, etc.), sofrerão correção monetária pela variação acumulada do **IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo** (ou outro índice que vier a substituí-lo), acrescidos de juros de mora de **0,5% (meio por cento) ao mês**, calculados pro rata die.

11.7.2. A Contratada deverá apresentar **memória de cálculo** discriminando o valor originalmente devido, o período de atraso, a variação do IPCA no período, os juros de mora e o valor total atualizado. A fiscalização do contrato conferirá os cálculos e, se corretos, autorizará o pagamento complementar.

11.8. Vedação de pagamento antecipado:

É **vedado** o pagamento antecipado, parcial ou total, antes da efetiva prestação dos serviços, do recebimento definitivo e do atesto da fiscalização.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Obrigações da Embrapa Tabuleiros Costeiros:

a) Efetuar o pagamento na forma e nos prazos convencionados no Contrato, desde que a Contratada tenha cumprido todas as obrigações contratuais;

b) Designar fiscal titular e suplente do contrato, incumbidos de fiscalizar e acompanhar a execução, verificar o cumprimento das obrigações, atestar documentos fiscais e elaborar relatórios de ocorrências, que servirão como subsídios para aplicação de sanções, se necessário;

c) Comunicar formalmente à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer anormalidade, irregularidade ou falha observada na execução dos serviços, estabelecendo prazo para correção;

d) Proporcionar aos aprendizes as **condições necessárias** para o desenvolvimento da formação prática profissional nas dependências da Embrapa (Sede e Campo Experimental de Itaporanga), incluindo:

- **Designação de orientadores práticos:** Empregados da Embrapa com experiência nas áreas de administração ou agronegócio, responsáveis pela supervisão direta das atividades práticas dos aprendizes, orientação técnica e avaliação de desempenho;
- **Disponibilização de espaço físico:** Locais adequados (escritórios, almoxarifado, áreas agrícolas) para execução das atividades práticas compatíveis com as ocupações em formação;
- **Ferramentas, equipamentos e materiais:** Disponibilização dos recursos materiais necessários para realização das atividades práticas (computadores, sistemas informatizados, materiais de escritório, ferramentas agrícolas, etc.);

- **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):** Fornecimento de EPIs quando as atividades práticas assim exigirem (luvas, botas, capacetes, óculos de proteção, etc.), conforme Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- **Orientação sobre normas internas:** Apresentação das normas de segurança, conduta, procedimentos operacionais padrão e regulamentos internos da Embrapa;
- **Treinamento inicial de segurança:** Orientações sobre prevenção de acidentes, uso correto de EPIs, procedimentos em situações de emergência;

e) Autorizar formalmente o **acesso dos aprendizes** às dependências da Embrapa nos horários estabelecidos, mediante cadastro, emissão de crachá ou outro procedimento de controle de acesso adotado pela Unidade;

f) Autorizar o **acesso do supervisor pedagógico** da Contratada às dependências da Embrapa para realização de visitas mensais de acompanhamento, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato;

g) Validar os relatórios de atividades práticas apresentados pela Contratada, conferindo compatibilidade com as atividades efetivamente observadas pela fiscalização e pelos orientadores práticos;

h) Comunicar formalmente à Contratada qualquer necessidade de **substituição de aprendiz** (desligamento a pedido, desempenho insatisfatório, incompatibilidade, questões disciplinares, etc.), justificando os motivos e estabelecendo prazo para providências;

i) Zelar pelo cumprimento da legislação trabalhista e de aprendizagem, **abstendo-se** de:

- Manter os aprendizes em atividades incompatíveis com sua formação ou com o programa registrado no CNAP;
- Exigir jornada de trabalho superior à permitida (máximo 20 horas semanais, 04 horas diárias);
- Manter os aprendizes em condições inadequadas de segurança, higiene ou salubridade;
- Utilizar os aprendizes para substituir empregados da Embrapa ou para tarefas meramente operacionais sem conteúdo pedagógico-formativo;

j) Manter, durante toda a execução deste Termo, as condições de contratação e disponibilidade orçamentária necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas;

k) Proporcionar ambiente de trabalho respeitoso, livre de discriminação, assédio moral ou sexual, garantindo a dignidade e o bem-estar dos aprendizes durante a formação prática;

l) Disponibilizar, mediante solicitação da Contratada, informações ou documentos necessários à elaboração de relatórios pedagógicos ou à comprovação da formação prática perante órgãos fiscalizadores (Ministério do Trabalho, CMDCA, etc.);

m) Comunicar tempestivamente à Contratada eventual necessidade de alteração nos horários de formação prática, períodos de recesso da Embrapa (férias coletivas, recessos administrativos) ou outras situações que impactem a execução das atividades práticas.

12.2. Obrigações da Entidade Contratada:

12.2.1. Obrigações como empregadora dos aprendizes:

a) Assumir **integralmente** a condição de empregadora dos aprendizes, nos termos do art. 431 da CLT e do art. 57, § 2º, do Decreto nº 9.579/2018, com **todos os ônus e responsabilidades** trabalhistas, previdenciárias, fiscais e legais decorrentes, incluindo:

- Recrutamento e seleção dos candidatos a aprendizes, mediante processo seletivo público, transparente e isonômico;
- Formalização do **contrato de aprendizagem** com registro em CTPS, nos termos dos arts. 428 e 433 da CLT;
- Anotação na CTPS de que o contrato específico decorre de contrato firmado com a Embrapa Tabuleiros Costeiros para fins de cumprimento de sua cota de aprendizagem;
- Pagamento pontual de salários (até o 5º dia útil do mês subsequente), vale-transporte e demais benefícios legais;
- Recolhimento tempestivo de **todos os encargos sociais** previstos em lei: FGTS (2%), INSS (cota patronal 20% + cota empregado 8% + RAT 3%), Salário-educação, contribuições ao Sistema S e demais obrigações legais;
- Gestão completa de folha de pagamento (cálculos, descontos, emissão de contracheques, guias de recolhimento);
- Concessão de férias, pagamento de 13º salário e rescisão contratual nos termos da legislação trabalhista;
- Realização de exames médicos ocupacionais (admissional, periódico anual, demissional) conforme PCMSO e NR-7;
- Cumprimento de **todas as demais obrigações** previstas na CLT, na legislação previdenciária e na legislação específica de aprendizagem;

b) Manter os aprendizes **devidamente registrados** em CTPS durante todo o período contratual, com anotações corretas e atualizadas;

c) Responsabilizar-se **integralmente** por quaisquer ações, reclamações ou demandas trabalhistas, previdenciárias ou fiscais relacionadas aos aprendizes, **isentando a Embrapa** de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

d) Responder por quaisquer **danos ou prejuízos**, inclusive os que resultarem, direta ou indiretamente, de atos ou omissões dos aprendizes sob sua responsabilidade (na formação teórica ou prática), às instalações, patrimônio, equipamentos, sistemas informatizados e pessoal da Embrapa, procedendo **imediatamente** o respectivo ressarcimento mediante acordo amigável ou, se necessário, mediante retenção de pagamentos devidos pela Embrapa;

e) Responder solidariamente com seus subcontratados (quando houver, mediante autorização prévia da Embrapa) por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, não transferindo à Embrapa qualquer responsabilidade decorrente dessa subcontratação;

f) Apresentar **trimestralmente** à Embrapa (até o 10º dia útil dos meses de março, junho, setembro e dezembro) as seguintes certidões **negativas** atualizadas, sob pena de suspensão de pagamentos até regularização:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho;
- Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (certidão conjunta da Receita Federal e PGFN);
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais (do estado de sede da Contratada);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (do município de sede da Contratada);
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) emitida pela Caixa Econômica Federal.

12.2.2. Obrigações quanto à formação técnico-profissional:

a) Ministrar a **formação técnico-profissional teórica** com qualidade, em conformidade com o programa de aprendizagem registrado no CNAP, observando rigorosamente:

- Carga horária prevista no programa (mínimo 800 horas totais);
- Conteúdos programáticos (formação básica e específica);
- Metodologia pedagógica aprovada;
- Distribuição adequada entre teoria e prática;

b) Disponibilizar **instrutores/docentes qualificados**, com formação técnica e pedagógica adequada, em número suficiente para atender a carga horária prevista, mantendo atualizada a relação nominal de instrutores com respectivas qualificações;

c) Fornecer **material didático** (físico ou digital) de qualidade, atualizado e adequado ao nível de formação dos aprendizes (livros, apostilas, videoaulas, conteúdos em plataforma EAD, exercícios, materiais de apoio);

d) Manter **infraestrutura física e/ou tecnológica** adequada para a formação teórica:

- Se presencial: salas de aula com capacidade adequada, iluminação, ventilação, mobiliário (mesas, cadeiras), equipamentos (lousa, projetor, computadores);
- Se EAD: plataforma homologada, conteúdos acessíveis, suporte técnico, gravações de aulas disponíveis;

e) Realizar **avaliações periódicas** de aprendizagem e desempenho dos aprendizes (no mínimo bimestrais), conforme metodologia do programa, registrando notas, conceitos ou pareceres em sistema próprio;

f) Emitir **certificado de qualificação profissional** com validade nacional, nos termos do art. 430, § 2º, da CLT e da legislação específica, aos aprendizes que concluírem integralmente a formação com aproveitamento satisfatório, indicando:

- Denominação do programa de aprendizagem;
- Ocupação formada (CBO);
- Carga horária total cumprida;
- Período de formação;
- Registro do programa no CNAP;

g) Garantir a **qualidade pedagógica** da formação teórica, adotando práticas de ensino-aprendizagem efetivas, acompanhamento individualizado de aprendizes com dificuldades, reforço pedagógico quando necessário e avaliações formativas e somativas;

h) Cumprir **integralmente** a carga horária prevista no programa registrado no CNAP, sem reduções, abreviaturas ou supressões indevidas.

12.2.3. Obrigações quanto ao acompanhamento e supervisão:

a) Designar **supervisor/coordenador pedagógico** com as seguintes qualificações mínimas:

- Formação: graduação em Pedagogia, Psicopedagogia, Administração, Gestão de RH ou áreas correlatas;
- Experiência: mínimo de 01 (um) ano em supervisão pedagógica, coordenação de programas de aprendizagem ou gestão de formação profissional;
- Atribuições: responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico dos aprendizes, visitas presenciais, interlocução com a Embrapa, elaboração de relatórios e resolução de intercorrências;

b) Realizar **visitas presenciais mensais** (no mínimo 01 visita por mês) às dependências da Embrapa para:

- Acompanhamento da formação prática dos aprendizes;
- Observação das atividades realizadas;
- Diálogo com orientadores práticos da Embrapa;
- Diálogo individual com cada aprendiz (escuta, orientação, identificação de dificuldades);
- Registro de relatório de visita com data, horário, observações, encaminhamentos.

c) Fornecer à Embrapa os seguintes documentos:

- **Relatório de frequência:** Discriminando presença/ausência de cada aprendiz na formação teórica, com percentual mensal individual e justificativas de faltas (atestados, declarações) - **mensalmente**, até o **10º dia útil** do mês subsequente;
- **Relatório de atividades:** Descrevendo conteúdos teóricos ministrados (temas, carga horária) e atividades práticas realizadas na Embrapa (atividades, orientador responsável, local) - **mensalmente**, até o **10º dia útil** do mês subsequente;
- **Relatório de desempenho:** Avaliação individual de cada aprendiz quanto a desempenho técnico, comportamental, evolução, dificuldades, ações de reforço aplicadas - **semestralmente**, até o **10º dia útil** do mês subsequente.

d) Disponibilizar **plataforma digital** (sistema informatizado) com as seguintes funcionalidades:

- Registro de frequência em tempo real (teórica e prática);
- Lançamento de atividades práticas desenvolvidas pelos aprendizes na Embrapa;
- Lançamento de avaliações e notas;
- Área de comunicação (mensagens, avisos, notificações);
- Acesso por login e senha aos fiscais do contrato da Embrapa;
- Disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, com suporte técnico em caso de falhas;

e) Manter **canal de comunicação permanente** (telefone, e-mail institucional, WhatsApp institucional) com a fiscalização do contrato e com os orientadores práticos, garantindo:

- Resposta em até 24 horas úteis para demandas ordinárias;
- Resposta imediata (em até 2 horas) para situações emergenciais (por exemplo: acidentes, problemas graves de conduta, necessidades urgentes);

f) Comunicar **imediatamente** à Embrapa (no mesmo dia ou no dia útil seguinte):

- Faltas injustificadas reiteradas de aprendiz (3 faltas consecutivas ou 5 alternadas no mês);
- Problemas disciplinares graves (por exemplo: desrespeito, desobediência, conduta inadequada);
- Solicitações de desligamento por parte do aprendiz;
- Questões de saúde que impeçam continuidade da formação (por exemplo: doenças, acidentes, afastamentos);
- Qualquer outra ocorrência relevante que impacte a execução contratual.

12.2.4. Obrigações quanto à seleção e substituição de aprendizes:

a) Realizar **processo seletivo público** para recrutamento dos aprendizes, em conformidade com os princípios de transparência, isonomia e legalidade, observando:

- Divulgação ampla de edital (site da entidade, redes sociais, murais, parcerias com escolas);
- Requisitos legais de cada ocupação (idade entre 14 e 24 anos, escolaridade mínima conforme programa registrado no CNAP);
- Critérios objetivos de seleção (análise de currículos, entrevistas, testes, quando aplicável);
- Vedação a discriminação de qualquer natureza (raça, cor, gênero, orientação sexual, origem, condição social, deficiência);
- Prioridade a jovens em situação de vulnerabilidade social, quando houver empate técnico;

b) Apresentar à Embrapa, **previamente à contratação**, a relação dos candidatos **pré-selecionados**, contendo:

- Mínimo de **2 (dois) candidatos por vaga** (total: 10 candidatos pré-selecionados para 5 vagas);
- Curriculum vitae resumido de cada candidato (máximo 1 página);
- Documentação comprobatória de requisitos (RG, CPF, comprovante de escolaridade, comprovante de residência);

c) Disponibilizar os candidatos pré-selecionados para **entrevista final** com representantes da Embrapa, que indicará os **5 (cinco) aprovados** para contratação;

d) Providenciar a **contratação** dos aprendizes aprovados pela Embrapa no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** após a indicação, incluindo:

- Coleta de documentação admissional completa;
- Realização de exames médicos admissionais (PCMSO);
- Formalização de CTPS com anotação do contrato de aprendizagem;
- Matrícula no programa de aprendizagem registrado no CNAP;

e) Providenciar a **substituição de aprendiz desligado** (por solicitação do aprendiz, da Embrapa ou por término de contrato individual) no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, mediante novo processo seletivo, **sem ônus adicional** para a Embrapa;

f) **Garantir** que o quantitativo de **5 (cinco) aprendizes** seja mantido durante toda a vigência contratual, mediante substituições tempestivas sempre que necessário;

g) Dar preferência, na seleção, a candidatos **residentes em Aracaju/SE ou região metropolitana**, visando facilitar o deslocamento para formação prática na Embrapa e reduzir custos com vale-transporte.

12.2.5. Obrigações administrativas e legais:

a) Manter, durante toda a execução contratual, **todas as condições de habilitação** e qualificações exigidas na licitação, incluindo:

- Regularidade jurídica (contrato social atualizado, atos constitutivos);
- Regularidade fiscal federal, estadual e municipal (certidões negativas atualizadas);
- Regularidade trabalhista (CNDT, CRF-FGTS);
- Qualificação técnica (registro no CMDCA, programas ativos no CNAP, atestados de capacidade);
- Capacidade econômico-financeira compatível;

b) Manter **registro atualizado e ativo** no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP) durante toda a vigência contratual, comunicando imediatamente à Embrapa qualquer alteração na situação dos programas (suspensão, cancelamento, renovação);

c) Cumprir **integralmente** a legislação de aprendizagem profissional:

- Lei nº 10.097/2000;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), arts. 428 a 433;
- Decreto nº 9.579/2018;
- Portaria MTE nº 3.872/2023;
- Demais normas regulamentares e infralegais aplicáveis;

d) Zelar para que seus **empregados** (instrutores, supervisores, pessoal administrativo) e os **aprendizes** sob sua responsabilidade observem as normas internas, de segurança e de conduta da Embrapa durante a permanência em suas dependências;

e) Prestar, sempre que consultada, **todos os esclarecimentos** solicitados pela Embrapa relacionados com este Termo de Referência, com o contrato ou com a execução dos serviços, atendendo **pronta e imediatamente** às solicitações, reclamações ou notificações que lhes forem apresentadas;

f) Manter **sigilo absoluto** sobre informações sensíveis, dados pessoais dos aprendizes (protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei nº 13.709/2018) e informações institucionais da Embrapa às quais tiver acesso em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal;

g) Comunicar formalmente à Embrapa, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, qualquer **alteração** em sua razão social, endereço, dados bancários, representantes legais, estrutura administrativa ou outras informações cadastrais relevantes;

h) **Abster-se** de:

- Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;
- Subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato, **salvo** serviços especializados complementares (exames médicos, plataforma EAD de terceiros, serviços de contabilidade, etc.) mediante **prévia autorização** da Embrapa;
- Veicular publicidade ou qualquer forma de divulgação sobre o contrato ou sobre a parceria com a Embrapa sem autorização prévia e expressa da Embrapa;
- Aliciar, contratar ou intermediar a contratação de empregados da Embrapa durante a vigência contratual e até 24 (vinte e quatro) meses após seu término;

i) Responsabilizar-se por **todos os ônus** referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal neles empregados (instrutores, supervisores, pessoal administrativo), como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros e quaisquer outros que venham a incidir sobre a execução contratual;

j) Adotar **boas práticas de governança**, ética e transparência na gestão dos recursos repassados pela Embrapa (reembolso de custos diretos), mantendo controles financeiros adequados, documentação organizada e disponível para fiscalização ou auditoria interna/externa;

k) Apresentar, sempre que solicitado pela Embrapa ou por órgãos de controle (TCU, CGU, auditoria interna da Embrapa), **documentação comprobatória** adicional, relatórios gerenciais, registros pedagógicos, planilhas financeiras ou quaisquer outros documentos necessários à verificação da regular execução contratual.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Embrapa poderá, garantida a prévia defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, aplicar à Contratada as seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:

13.1.1. Advertência:

Aplicável em caso de **faltas leves**, tais como:

- Atraso de até 5 (cinco) dias corridos na apresentação de relatórios mensais, sem prejuízo à fiscalização;
- Pequenas irregularidades documentais (erros formais em notas fiscais, falta de assinatura em documentos) prontamente corrigidas;
- Descumprimento de obrigações acessórias de menor relevância, sem impacto direto na formação dos aprendizes;
- Primeira ocorrência de falha não grave, sem reincidência.

Procedimento: Notificação formal por escrito, com registro da ocorrência no processo administrativo.

13.1.2. Multa:

Aplicável em caso de **descumprimento de obrigações contratuais**, conforme os seguintes percentuais:

a) Multa de mora (atraso):

- **0,3% (três décimos por cento)** ao dia sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso no cumprimento de prazos estabelecidos (apresentação de documentos, regularização de situações, substituição de aprendizes, etc.), limitado ao máximo de **10% (dez por cento)** sobre o valor mensal;

b) Multa por inexecução parcial:

- **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses:
 - Descumprimento de obrigação contratual relevante (frequência insuficiente reiterada, ausência de acompanhamento pedagógico, atraso reiterado no pagamento de salários ou encargos);
 - Qualidade insatisfatória da formação teórica ou prática comprovada;
 - Falta de substituição de aprendiz no prazo estabelecido (30 dias);
 - Descumprimento de carga horária do programa (redução superior a 10% da carga prevista);

c) Multa por inexecução total:

- **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses:
 - Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação;
 - Desistência ou abandono da execução contratual sem justificativa válida;
 - Rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada;
 - Inexecução total do objeto (não prestação dos serviços).

Forma de recolhimento:

- As multas aplicadas deverão ser recolhidas pela Contratada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) ou depósito em conta bancária indicada pela Embrapa, com envio de comprovante;
- Caso não sejam recolhidas no prazo, as multas serão **descontadas automaticamente** dos pagamentos devidos pela Embrapa à Contratada, ou cobradas judicialmente, se necessário;
- As multas são **independentes** e não eximem a Contratada da obrigação de reparar eventuais danos causados à Embrapa.

13.1.3. Suspensão temporária:

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, pelo prazo de até **2 (dois) anos**, nas seguintes hipóteses:

- Reincidência em descumprimento contratual após aplicação de advertência ou multa;
- Apresentação de documentação falsa ou prestação de informações inverídicas;
- Fraude na execução do contrato;
- Comportamento inidôneo (conluio, fraude, corrupção);
- Descumprimento grave de obrigações trabalhistas ou previdenciárias (não pagamento reiterado de salários, não recolhimento de FGTS/INSS).

Efeito: Durante o período de suspensão, a Contratada fica impedida de participar de licitações e de celebrar contratos com a Embrapa, em qualquer de suas Unidades.

13.1.4. Declaração de inidoneidade:

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Hipóteses de aplicação:

- Prática de atos fraudulentos graves (falsificação de documentos, adulteração de comprovantes, desvio de recursos públicos);
- Prejuízo doloso causado à Embrapa ou ao erário público;
- Reincidência de faltas graves após aplicação de suspensão temporária;
- Comportamento que demonstre ausência de idoneidade moral para contratar com a Administração Pública.

Efeito: A Contratada declarada inidônea fica impedida de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, em âmbito federal, estadual e municipal, até sua reabilitação.

13.2. Cumulatividade de sanções:

As sanções previstas nos itens 13.1.1 (advertência), 13.1.3 (suspensão temporária) e 13.1.4 (declaração de inidoneidade) poderão ser aplicadas **juntamente com a multa** prevista no item 13.1.2.

Exemplo: A Contratada que apresentar documentação falsa poderá receber multa de 10% sobre o valor do contrato + suspensão temporária de 2 anos + eventual declaração de inidoneidade, dependendo da gravidade.

13.3. Procedimento para aplicação de sanções:

13.3.1. **Notificação:** A Embrapa notificará formalmente a Contratada, por escrito (e-mail institucional com confirmação de leitura ou ofício com aviso de recebimento), informando:

- Descrição detalhada da infração ou irregularidade;
- Fundamento legal e contratual;
- Sanção a ser aplicada (advertência, multa, suspensão ou declaração de inidoneidade);
- Prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentação de **defesa prévia** por escrito;

13.3.2. **Defesa prévia:** A Contratada poderá apresentar, no prazo estabelecido, defesa escrita contendo:

- Razões de fato e de direito que justifiquem ou elidam a infração;
- Documentos comprobatórios das alegações;
- Pedido de produção de provas, se necessário;

13.3.3. **Análise e decisão:** A autoridade competente da Embrapa analisará a defesa apresentada (ou registrará a ausência de defesa, em caso de não apresentação no prazo) e proferirá decisão motivada:

- Aplicando a sanção proposta;
- Aplicando sanção mais branda, se houver circunstâncias atenuantes;
- Absolvendo a Contratada, se comprovada inexistência de infração ou culpabilidade;

13.3.4. **Notificação da decisão:** A Contratada será notificada da decisão final, com indicação:

- Sanção aplicada (se for o caso);
- Valor da multa e prazo para recolhimento (se aplicável);
- Prazo e forma de interposição de recurso administrativo, se cabível;

13.3.5. **Recurso:** Da decisão que aplicar sanção, caberá recurso administrativo no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, dirigido à autoridade hierarquicamente superior, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa.

13.4. Registro de sanções:

Todas as sanções aplicadas serão registradas no sistema de cadastro de fornecedores da Embrapa e, quando aplicável (suspensão temporária, declaração de inidoneidade), serão comunicadas aos órgãos competentes para registro em sistemas nacionais (SICAF, CEIS, CNJ, etc.).

13.5. Atenuantes e agravantes:

A autoridade competente poderá considerar, na dosimetria da sanção:

Atenuantes:

- Inexistência de infrações anteriores;
- Colaboração da Contratada na apuração dos fatos;
- Pronta correção da irregularidade;
- Pequena extensão do dano causado;

Agravantes:

- Reincidência em infrações;
- Má-fé ou dolo comprovados;
- Resistência ou obstrução à fiscalização;
- Extensão do dano causado à Embrapa ou aos aprendizes.

13.6. Independência das sanções:

A aplicação de sanções administrativas **não exclui**:

- A responsabilidade civil da Contratada por perdas e danos causados à Embrapa;
- A responsabilidade criminal por crimes eventualmente praticados;
- A rescisão contratual, quando cabível.

14. RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no **art. 78 da Lei nº 13.303/2016**, com as consequências indicadas no **art. 80 da mesma lei**, sem prejuízo das sanções previstas na seção 13 deste Termo de Referência e na legislação vigente.

14.2. Motivos para rescisão contratual:

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Embrapa, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações técnicas ou prazos;
- Atraso reiterado (por 3 meses consecutivos ou 5 meses alternados) no pagamento de salários, benefícios ou encargos sociais dos aprendizes;
- Irregularidades trabalhistas ou previdenciárias graves comprovadas (não recolhimento de FGTS ou INSS, ausência de registro em CTPS, descumprimento de normas de segurança);
- Não manutenção do quantitativo contratual de aprendizes (5 aprendizes) por prazo superior a 60 (sessenta) dias corridos, sem justificativa válida ou sem providências efetivas de substituição;
- Má qualidade reiterada da formação técnico-profissional teórica (conteúdos inadequados, ausência de instrutores, falta de material didático, carga horária não cumprida);
- Ausência persistente de acompanhamento pedagógico adequado (não realização de visitas mensais, relatórios não apresentados ou inconsistentes, plataforma digital inoperante);
- Desídia, negligência ou dolo no cumprimento das obrigações contratuais;
- Fraude, corrupção, prestação de informações falsas ou apresentação de documentação fraudulenta;
- Falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação da Contratada;
- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela Embrapa.

14.3. Rescisão amigável:

O contrato poderá ser rescindido **por acordo entre as partes**, desde que haja conveniência para a Embrapa e não haja prejuízo ao erário público, mediante

termo de rescisão bilateral formalmente celebrado.

14.4. Rescisão judicial:

a) A Embrapa poderá ingressar em juízo para rescindir o contrato nas hipóteses de descumprimento contratual pela Contratada que configure inadimplemento grave, litígio sobre interpretação de cláusulas ou qualquer situação que demande intervenção judicial.

b) Em razão da vigência determinada de cada Contrato de Aprendizagem, bem como da equivalência da contratação do aprendiz, aplicar-se-á também aos aprendizes os casos de estabilidade provisória nos termos da legislação trabalhista e demais normas aplicáveis à aprendizagem, situação em que o encerramento do Contrato não implica na obrigação da CONTRATADA rescindir antecipadamente Contrato(s) de Aprendizagem vigente(s) quando da data do citado encerramento da parceria, cabendo, consequentemente, à(s) CONTRATANTE(S) repassar(em) à CONTRATADA, o valor da contribuição institucional de cada aprendiz e todas as verbas trabalhistas, custos e encargos devidos, nos termos da lei aplicável e deste instrumento, até o final da vigência do(s) Contrato(s) de Aprendizagem firmado(s), para cumprimento exclusivo da cota de aprendizes de cada CONTRATANTE.

14.5. Procedimento para rescisão unilateral:

14.5.1. A Embrapa notificará formalmente a Contratada, por escrito (ofício com aviso de recebimento ou meio eletrônico com confirmação), informando:

- Motivo(s) da rescisão contratual;
- Fundamento legal e contratual;
- Prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentação de **defesa prévia** (princípio do contraditório e ampla defesa);

14.5.2. A Contratada poderá apresentar defesa escrita, no prazo estabelecido, expondo suas razões e juntando documentos comprobatórios;

14.5.3. A autoridade competente da Embrapa analisará a defesa e proferirá decisão motivada:

- Confirmando a rescisão contratual (se mantidos os motivos);
- Convertendo em sanção menos gravosa (advertência, multa), se cabível;
- Absolvendo a Contratada e mantendo o contrato, se comprovada inexistência dos motivos alegados;

14.5.4. A decisão de rescisão será comunicada formalmente à Contratada, produzindo efeitos a partir da data indicada na notificação.

14.6. Efeitos da rescisão:

a) Pagamento: A Embrapa pagará à Contratada apenas pelos serviços efetivamente executados até a data da rescisão, descontando eventuais multas, glosas, prejuízos ou danos causados;

b) Devolução de valores: Se houver pagamentos indevidos ou a maior, a Contratada deverá devolver os valores à Embrapa no prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial;

c) Aprendizes: Em caso de rescisão contratual:

- A Contratada permanece responsável pelos aprendizes contratados até o término de seus contratos individuais de aprendizagem, devendo honrar integralmente todas as obrigações trabalhistas (salários, férias, 13º, rescisão);
- A Embrapa não assume qualquer responsabilidade pelos aprendizes após a rescisão do contrato com a entidade;
- Se a rescisão decorrer de culpa da Contratada, esta arcará com todos os ônus da rescisão antecipada dos contratos individuais dos aprendizes (indenizações, verbas rescisórias);

d) Sanções: A rescisão contratual por culpa da Contratada implicará aplicação de multa de 10% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (suspensão temporária, declaração de inidoneidade).

14.7. Rescisão por iniciativa da Contratada:

A Contratada somente poderá solicitar rescisão contratual nas seguintes hipóteses:

- a)** Atraso superior a 90 (noventa) dias corridos nos pagamentos devidos pela Embrapa, salvo se a Contratada houver concorrido para o atraso;
- b)** Não liberação, pela Embrapa, de área, local ou objeto para execução dos serviços, tornando impossível o cumprimento das obrigações contratuais;
- c)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do contrato (calamidade pública, desastre natural, fatos imprevisíveis e inevitáveis).

14.8. Continuidade dos serviços:

Em caso de rescisão contratual, a Embrapa poderá adotar as seguintes providências para assegurar a continuidade da formação dos aprendizes:

- a)** Celebração de contrato emergencial com outra entidade qualificada, pelo prazo estritamente necessário;
- b)** Convocação do licitante subsequente classificado no pregão original, se houver e se este aceitar contratar nas mesmas condições;
- c)** Realização de nova licitação.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Legislação aplicável:

A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência rege-se pelas seguintes normas:

a) Constituição e legislação trabalhista:

- Constituição Federal de 1988 (art. 37, II - concurso público; art. 7º, XXXIII - proteção ao trabalho do menor);
- Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-lei nº 5.452/1943 (arts. 428 a 433 - contrato de aprendizagem);

b) Legislação específica de aprendizagem:

- Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Aprendizagem);
- Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Consolidação de atos normativos sobre aprendizagem profissional);
- Portaria MTE nº 3.872, de 27 de dezembro de 2023 (Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAF e diretrizes para programas de aprendizagem);

c) Legislação de licitações e contratos:

- Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais);
- Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (Norma 037.011.003.001), aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 172, de 20 de junho de 2018;

d) Legislação complementar:

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);
- Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (FGTS);
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (INSS e contribuições previdenciárias);
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente NR-7 sobre PCMSO);

e) Demais normas regulamentares e infralegais aplicáveis.

15.2. Remanejamento de aprendizes entre locais de atuação:

15.2.1. A alocação dos aprendizes nos respectivos locais de atuação (Sede ou Campo Experimental de Itaporanga) é **fixa** durante a vigência do contrato individual de aprendizagem, conforme estabelecido na Reunião Preliminar de Alinhamento.

15.2.2. Eventual necessidade de **remanejamento** de aprendiz entre os locais de atuação (Sede ↔ Campo Experimental) somente poderá ocorrer mediante:

- a) Justificativa técnica fundamentada pela Embrapa, demonstrando a necessidade operacional do remanejamento;
- b) Anuência expressa da Contratada, considerando eventuais impactos logísticos, administrativos e de custo (especialmente vale-transporte);
- c) Formalização mediante **termo aditivo** ao contrato, caso o remanejamento implique alteração de custos (aumento ou redução de vale-transporte, por exemplo);

15.2.3. Caso o remanejamento resulte em **aumento de custos** com vale-transporte (exemplo: aprendiz transferido da Sede para o Campo Experimental), a diferença de custo será reembolsada à Contratada mediante comprovação documental, a partir da data de efetivação do remanejamento.

15.2.4. Caso o remanejamento resulte em **redução de custos** com vale-transporte (exemplo: aprendiz transferido do Campo Experimental para a Sede), a diferença de custo será deduzida dos reembolsos devidos à Contratada, a partir da data de efetivação do remanejamento.

15.3. Vedações:

É **vedado** à entidade contratada:

- a) Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira (penhora, cessão de crédito não autorizada, etc.);
- b) Subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato, **ressalvados** serviços especializados complementares (exames médicos, plataforma EAD de terceiros, serviços contábeis ou jurídicos), mediante **prévia autorização expressa** da Embrapa;
- c) Manter os aprendizes em atividades **incompatíveis** com sua formação ou com o programa registrado no CNAP;
- d) Utilizar os aprendizes para **substituir empregados** da Embrapa ou para atividades meramente operacionais, repetitivas ou mecânicas sem conteúdo pedagógico-formativo;
- e) Exigir ou permitir jornada de trabalho dos aprendizes **superior** à prevista em lei (máximo 20 horas semanais, 04 horas diárias, sem prorrogação ou compensação);
- f) Veicular publicidade ou realizar qualquer divulgação sobre o contrato, a parceria com a Embrapa ou a utilização de recursos públicos **sem prévia autorização expressa** da Embrapa;
- g) Aliciar ou tentar contratar empregados da Embrapa durante a vigência contratual e até 24 (vinte e quatro) meses após seu término;
- h) Discriminar aprendizes ou praticar qualquer ato de preconceito, assédio moral, assédio sexual ou tratamento vexatório.

15.4. Alterações contratuais:

O contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no **art. 81 da Lei nº 13.303/2016**, mediante **termo aditivo** formalmente celebrado, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Hipóteses de alteração:

- a) Acréscimo ou supressão quantitativa do objeto (aumento ou redução do número de aprendizes), respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- b) Modificações qualitativas (alteração das ocupações, substituição de arcos ocupacionais por necessidade superveniente da Embrapa), desde que mantida a correlação com o programa registrado no CNAP da Contratada;
- c) Prorrogação da vigência contratual (até 24 meses no total, conforme item 9.4 deste TR);
- d) Reajuste do valor da taxa de administração (conforme item 15.4 abaixo);
- e) Adequação às determinações legais ou regulamentares supervenientes.

Observação: Qualquer alteração contratual dependerá de manifestação prévia favorável da fiscalização do contrato e da aprovação da autoridade competente da Embrapa, devendo ser precedida de justificativa técnica circunstanciada.

15.5. Reajuste/Repactuação de preços:

- a) Nos termos do art. 12 do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018, é admitida a repactuação deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, a qual poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.
- b) A repactuação será utilizada quando ocorrer variação de custos dos serviços socioassistenciais por força de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, bem como quando ocorrer variação dos custos de materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços, em decorrência do mercado, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, quando aplicáveis.
- c) Quando houver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação será dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- d) A repactuação para reajuste do contrato em razão do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho repassará integralmente o aumento de custos dos serviços socioassistenciais decorrente desses instrumentos.
- e) O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir: I - da data limite para apresentação da proposta constante do Edital, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo de materiais, insumos e equipamentos necessários à execução do serviço; II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente dos serviços prestados pelos aprendizes e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos. III - da data inicial deste instrumento, para a Contribuição Institucional devida ao CIEE pelos serviços prestados, com base no índice do INPC (IBGE).
- f) Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- g) As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamentam a repactuação, conforme for a variação dos custos objeto da repactuação.
- h) A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela CONTRATADA do aumento dos custos, mediante apresentação de memória de cálculo e planilhas apropriadas a serem submetidas à análise e aprovação da CONTRATANTE, considerando-se:
 - I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - II - as particularidades do contrato em vigência;

III - a nova planilha com variação dos custos apresentada;
IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
V - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

i) A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

j) A repactuação de custos relativos a insumos, tais como materiais e equipamentos fica limitada ao valor auferido com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Só será admitida a repactuação acima desse limite, excepcionalmente, em relação às situações em que ficar devidamente demonstrado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

k) As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese na qual seus termos poderão ser incluídos na minuta de termo aditivo.

l) As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano.

m) Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma: I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral; II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou, III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo dos serviços em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

n) Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

o) Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou dos itens que compõem o respectivo custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela CONTRATANTE.

p) A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 13.303/2016, poderá ser realizada por iniciativa da CONTRATANTE ou mediante solicitação da CONTRATADA, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que: a) A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência de fato gerador; b) A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão, naquilo em que for aplicável; c) Com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar a Planilha de Custos e Formação de Preços, comparativas entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e d) A CONTRATANTE examinará o requerimento e informará à CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação.

15.6. Subcontratação:

15.5.1. A Contratada poderá subcontratar **serviços especializados complementares**, desde que:

a) Obtenha **prévia autorização expressa** da Embrapa, mediante solicitação formal fundamentada;

b) Os serviços subcontratados sejam **acessórios e complementares** ao objeto principal (exemplos: exames médicos ocupacionais realizados por clínicas especializadas; plataforma EAD fornecida por empresa de tecnologia; serviços contábeis ou jurídicos de apoio);

c) A subcontratação **não transfira a terceiros** as obrigações essenciais e nucleares do contrato (recrutamento, seleção, contratação dos aprendizes, ministração da formação teórica, acompanhamento pedagógico, supervisão);

d) A subcontratada atenda aos requisitos de regularidade fiscal, trabalhista e técnica compatíveis com o serviço subcontratado;

15.5.2. A Contratada permanecerá **integralmente responsável** perante a Embrapa pela qualidade, prazo e conformidade dos serviços subcontratados, **não havendo** qualquer relação jurídica entre a Embrapa e as subcontratadas.

15.5.3. É **vedada** a subcontratação total do objeto ou a subcontratação de serviços essenciais (formação teórica dos aprendizes, acompanhamento pedagógico, gestão do programa).

15.7. Casos omissos:

Os casos omissos ou situações não previstas expressamente neste Termo de Referência ou no contrato serão resolvidos à luz da **Lei nº 13.303/2016**, do **Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa** e das **demais normas aplicáveis**, assegurando-se sempre o **contraditório e a ampla defesa** às partes envolvidas.

15.8. Foro:

Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Sergipe - Subseção de Aracaju/SE para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Termo de Referência e do contrato dele originado, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Janaina Chaves Ferreira

Analista – SGP

Sandro Tavares Silva

Pregoeiro – SPS

Tânia Valeska Medeiros Dantas Simões

Chefe-Adjunta de Administração

ANEXO II – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ – _____, apresento nossa proposta de preço para _____, conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PRAZO	PREÇO UNITÁRIO (mensal, exclusivamente da Taxa de Administração/Contribuição Social) - R\$	PREÇO TOTAL R\$
01					

V. PROCESSO LICITATÓRIO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Preço total GERAL da proposta R\$ _____ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: _____ (se outro prazo não seja estipulado, o prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias).

Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital.

A entrega dos produtos para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.

Oferecemos garantia de validade dos produtos pelo prazo de _____.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital, especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.

V. Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Local e data

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO IV – Instrumento de Contratação - Autorização de Fornecimento

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS REFERENTES À FORMAÇÃO, CONTRATAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE APRENDIZ À EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS

Contrato que entre si celebram, nesta data, as partes a seguir qualificadas, estipulando as cláusulas que se seguem:

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instituída por força da Lei nº 5.851 de 7.12.72, Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.766, de 25 de junho de 2012, e alterado pela 16ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2020 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 2020, edição nº 244, Seção 1, páginas 5/10, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, inscrita no CNPJ sob o nº 00.348.003/0001-10, estabelecida no Parque Estação Biológica – PqEB, s/nº, Edifício Sede, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70770- 901, por sua Unidade descentralizada denominada **CENTRO DE PESQUISA AGROPECUARIA DOS TABULEIROS COSTEIROS - CPATC**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.348.003/0136-03 sediada na Avenida Governador Paulo Barreto de Menezes, 3250, Bairro Jardins, Aracaju-SE, neste ato representada na forma de seu Estatuto e Normas Internas, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o _____,

pessoa jurídica de direito civil, constituída como associação civil, sem fins econômicos, que tem por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registrada em Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA em diversos municípios, entidade reconhecida como beneficente de assistência social, certificada pelo Ministério da Cidadania, com sede na _____, CEP: _____-_____, _____/_____, com inscrições no CNPJ sob o nº _____, Estadual sob o nº. _____ e Municipal sob o nº. _____, com Unidade de Operação em Aracaju/SE, situada _____, Bairro _____, Aracaju/SE, CEP: _____-_____, endereço eletrônico _____, CNPJ _____, representado pelos infra-assinados, doravante denominado **CONTRATADA**.

Considerando que:

Há 05 (cinco) Contratos de Aprendizagem vigentes firmados sob a égide do Contrato de Aprendizagem, firmado entre a Embrapa e o _____ em ____/____/2026, cuja vigência expirou em ____/____/2026, e com o intuito de garantir a continuidade do programa de aprendizagem relativo a esses aprendizes, fica ajustado expressamente entre as partes acima qualificadas, que permanecerão válidas e aplicáveis as normas e valores previstos nos contratos de aprendizagem vigentes, inclusive quanto às condições de capacitação teórica, os quais passam a integrar o presente instrumento sob a forma de Anexo, passando, a partir dessa data, a relação jurídica da CONTRATADA e da CONTRATANTE, a ser regulada, de forma complementar às normas e condições negociais estipuladas nos referidos Contratos de Aprendizagem, pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Tendo em vista o interesse das partes no desenvolvimento de atividades que propiciem a promoção da integração do Aprendiz ao mercado de trabalho e a sua formação para o trabalho, de acordo com a Constituição Federal em seu Art. 7º, inciso XXXIII, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/98, Art. 203, inciso III e Art. 214, inciso IV, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, 1º/5/1943), Título III, Capítulo IV, Seção IV, Decreto nº 9.579/2018, Título II, Capítulo V, entendida a aprendizagem como estratégia de formação técnico profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do adolescente/jovem, este Contrato tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA de recrutamento, seleção, contratação, capacitação teórica, acompanhamento e disponibilização de 3 (três) jovens aprendizes para a CONTRATANTE.

1.2. O curso, objeto da Aprendizagem, foi elaborado em conformidade com a Portaria nº 723, com nova redação dada pela Portaria nº 634 de 09/08/2018, expedidas pelo até então Ministério do Trabalho e Emprego em 23/04/2012, e pela Portaria nº 1.005 de 01/07/2013 e depositado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município em que será executada a aprendizagem e na Superintendência Regional do Trabalho, conforme resolução expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

1.3. A atuação da CONTRATADA está fundamentada na hipótese que trata o Art. 430, inciso II do Decreto-Lei n.º 5.452 de 01/05/43, com nova redação dada pela Lei n.º 10.097 de 19/12/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.579 de 22/11/2018, e no Art. 431, em que a contratação do aprendiz poderá ser efetivada supletivamente pela entidade sem fins lucrativos, caso em que não gera vínculo de emprego com a CONTRATANTE.

1.4. A capacitação prática dos aprendizes será cumprida nas instalações da CONTRATANTE, os quais cumprirão jornada de 20 (vinte) horas semanais, em horários definidos pela CONTRATANTE em comum acordo com a CONTRATADA.

1.5. As tarefas a serem executadas nas instalações da CONTRATANTE compreenderão as atividades de auxiliar de escritório em geral/administrativo, constante do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional - CONAP (Portaria 723/2012 – do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE).

CLÁUSULA SEGUNDA - Caberá à CONTRATADA:

2.1. Contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de formação profissional dos aprendizes.

2.2. Encaminhar à CONTRATANTE, os adolescentes/jovens cadastrados e interessados nas oportunidades de aprendizagem.

2.3. Formalizar o Contrato de Aprendizagem, incluindo:

- esclarecimentos aos pais ou responsáveis do adolescente/jovem;
- esclarecimentos ao adolescente/jovem aprendiz.

2.4. Assegurar ao aprendiz os seguintes direitos e benefícios previstos nos artigos da CLT que tratam do Contrato de aprendizagem:

- registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (CTPS);
- garantia do salário mínimo hora mensal, salvo condição mais favorável;
- férias de 30 (trinta) dias, observados os termos da legislação aplicável, especialmente a Instrução Normativa SIT nº 146, de 25/07/2018;
- Contrato de aprendizagem com **duração máxima de até 02 (dois) anos**.

2.5. Manter programa de aprendizagem, desenvolvido por meio de atividades teóricas relacionadas às atividades práticas desenvolvidas nas dependências da CONTRATANTE, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária.

2.6. Executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, garantindo a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática, acompanhando a execução das atividades práticas no âmbito da CONTRATANTE.

2.7. Manter mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado.

2.8. Manter mecanismos para propiciar a permanência dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do Contrato de aprendizagem.

2.9. Fornecer a cada adolescente/jovem o vale-transporte correspondente ao deslocamento entre sua residência e local de aprendizagem teórica e prática, na estrita quantidade de dias úteis previstos em cada mês, bem como realizar o respectivo desconto simbólico de R\$ 1,00 (um) real.

2.10. Cumprir a legislação vigente e aplicável no que lhe competir, bem como observar eventuais disposições aplicáveis expressamente aos aprendizes em Acordo ou Convenção Coletiva, cumprindo também tais normas coletivas.

2.11. Indicar 1 (um) preposto para representar a Entidade, quando necessário, ao qual a Embrapa se reportará sobre assuntos relativos aos adolescentes.

2.12. Providenciar a convocação da realização do exame médico admissional e demissional dos jovens aprendizes, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), e encaminhar cópia dos comprovantes à Embrapa, no prazo de 30 (trinta) dias corridos. Caso o exame demissional não seja realizado pelos aprendizes, não haverá o envio do comprovante à Embrapa.

2.13. Responsabilizar-se pelo agendamento das férias dos aprendizes e encaminhá-las à Embrapa, buscando que coincida com o período de férias escolares que será determinado na geração do calendário da capacitação teórica encaminhada no kit admissional. Esse agendamento influenciará no cálculo das horas exigidas pelo programa destinadas às capacitações teórica e prática e para a determinação da data de término do contrato de aprendizagem.

2.14. Manter apólice de seguro de vida dos jovens aprendizes, cobrindo, particularmente, os casos de morte acidental e invalidez permanente, direta ou indiretamente, vinculada ao objeto desta contratação e encaminhar à Embrapa, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, cópia da apólice.

2.15. Responsabilizar-se pelo controle e acompanhamento da frequência dos jovens aprendizes nas atividades teóricas.

2.16. Acompanhar a frequência escolar dos jovens aprendizes, encaminhando à Embrapa, a cada 6 (seis) meses, declaração da instituição de ensino.

2.17. Acompanhar e comunicar à Embrapa, imediatamente, qualquer episódio relevante acerca da situação escolar dos adolescentes, tais como: abandono, conclusão do curso, transferência de instituição de ensino, insuficiência de desempenho escolar, mudança de horário de curso.

2.18. Fornecer aos jovens aprendizes, periodicamente e como quantificado no Termo de Referência, uniforme composto de camisetas com a identificação da Entidade e da Embrapa, de uso obrigatório no local de trabalho, em modelo a ser definido pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE e entregar cópia dos comprovantes à Embrapa, no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

2.19. Providenciar a confecção e o fornecimento de crachá funcional aos jovens aprendizes, que deverão executar seus serviços devidamente identificados.

2.20. Pagar, pontualmente, todos os encargos legais decorrentes da prestação dos serviços, sejam fiscais, trabalhistas, previdenciários, de acidentes de trabalho ou indenizações de qualquer natureza, devidas aos jovens aprendizes.

2.21. Manter durante a execução e vigência do contrato todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, mensalmente e sempre que solicitado pela Embrapa, a regularidade perante a Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF

- FGTS), a Seguridade Social (CND - INSS), a regularidade trabalhista - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), assim como em relação às demais exigências contratuais.

2.22. Oferecer todos os meios para obtenção de extrato de recolhimento de encargos trabalhistas, sempre que solicitado pela fiscalização.

2.23. Emitir o documento fiscal, mensalmente, e entregá-lo à Embrapa, junto com cópias dos comprovantes de pagamento dos salários, vale-transporte, tributos em geral, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, referentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços.

2.24. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa, bem como atender às reclamações apresentadas, relacionadas à execução do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis.

2.25. Elaborar e implementar os programas de segurança e saúde no trabalho previstos nas Normas Regulamentadoras nºs 7 e 9 (Portaria nº 3.214/1978), ou seja, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA., devendo ser observadas as regras estabelecidas na Instrução Normativa SIT nº 146, de 25/07/2018.

2.26. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que porventura sejam causados pelos jovens aprendizes, a qualquer título, às instalações, ao patrimônio e ao pessoal da Embrapa, procedendo o respectivo reembolso.

2.27. Informar à CONTRATANTE a necessidade de ter que promover rescisão antecipada do Contrato de Aprendizagem, de acordo com as hipóteses previstas na legislação.

2.28. Encaminhar à CONTRATANTE cópia dos documentos relativos à rescisão contratual dos jovens aprendizes.

CLÁUSULA TERCEIRA - Caberá à CONTRATANTE:

3.1. Cumprir a legislação vigente e aplicável no que lhe competir, em especial conferir atividades práticas aos aprendizes contratados para preenchimento da cota legal a que está obrigada, bem como observar eventuais disposições aplicáveis expressamente aos aprendizes em Acordo ou Convenção Coletiva, cumprindo também tais normas coletivas.

3.2. Formalizar as oportunidades de aprendizagem em conjunto com a CONTRATADA, atendendo as condições definidas na Lei nº 10.097/00, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.579/18.

3.3. Receber os adolescentes/jovens interessados, conduzir o processo seletivo e informar à CONTRATADA os nomes dos aprendizes aprovados.

3.4. Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas correlacionadas com os conteúdos teóricos previstos no programa de aprendizagem.

3.5. Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei nº 8.069 de 13/07/90 e a Portaria nº 88 de 28/04/09, do MTE/SEFIT.

3.6. Oferecer a aprendizagem em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, que apresentem condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do Art. 405 da CLT.

3.7. Designar um orientador para receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o aprendiz durante o processo de aquisição de conhecimentos práticos, ou seja, dando suporte para a efetiva aprendizagem.

3.8. Garantir a devida participação do aprendiz na atividade teórica, que deve ocorrer em concomitância com as atividades práticas, para o efetivo cumprimento do programa de aprendizagem, sob pena de desvirtuamento do programa. A ausência injustificada superior a 25% (vinte e cinco por cento) nas atividades teóricas, que integram a jornada do aprendiz, ensejará na perda do Certificado de Qualificação Profissional.

3.9. Colaborar com o monitoramento e avaliação do programa.

3.10. Garantir que o processo de transmissão de conhecimentos se faça metodicamente organizado, em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.

3.11. Não atribuir ao aprendiz qualquer atividade que ultrapasse o limite da jornada diária.

3.12. Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação do aprendiz, fornecendo dados à CONTRATADA, quando solicitado.

3.13. Informar e solicitar a manifestação expressa da CONTRATADA, quando for identificada a possibilidade de rescisão antecipada do Contrato de aprendizagem, de acordo com as hipóteses previstas no Art. 433 da CLT.

3.14. Efetuar o controle e a anotação diária do horário de aprendizagem cumprido pelo Adolescente/jovem Aprendiz, exigindo a sua assinatura em folha de controle de frequência.

3.15. Remeter, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, à CONTRATADA o Controle de Frequência das atividades práticas do adolescente/jovem Aprendiz, relativamente à competência anterior. A falta de apresentação no prazo estabelecido resultará no pagamento integral dos salários.

3.16. Efetuar o pagamento dos serviços à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

3.17. Auxiliar a CONTRATADA com informações para elaboração e implantação dos programas de segurança e saúde no trabalho previstos nas Normas Regulamentadoras nºs 7 e 9 (Portaria nº 3.214/1978), em especial o PPRA, por força da Instrução Normativa SIT nº 146, de 25/07/2018.

3.18. Repassar à CONTRATADA o valor integral dos exames complementares, por aprendiz inscrito no programa, em cumprimento a Norma Regulamentadora – NR nº 7.

CLÁUSULA QUARTA - DOS SALÁRIOS DOS APRENDIZES

4.1. A CONTRATADA deverá pagar aos aprendizes o valor do salário mínimo/hora, salvo valor maior assegurado em convenção ou acordo coletivo, cujo cálculo deve considerar o total das horas trabalhadas, computadas às atividades teóricas referentes, ao repouso semanal remunerado e aos feriados, bem como na contagem de dias do mês o fixo de 31 (trinta e um) dias (4,285 semanas conforme Tabela do item 40 do Manual de Aprendizagem do MTE), nos termos da fórmula seguinte:

$$\text{Salário Mensal} = \text{Salário hora} \times \text{horas trabalhadas semanais} \times \text{semanas do mês} \times 7/6.$$

4.2. Em razão da aplicação dos fatores constantes do "caput" desta Cláusula, na presente data o valor do salário do aprendiz chega montante de R\$ _____ (_____).

4.3. O valor estabelecido não considera descontos decorrentes de eventuais faltas injustificadas, conforme legislação pertinente.

4.4. Os valores pagos à Contratada, por aprendiz, serão revisados na mesma proporção da correção do salário-mínimo nacional.

4.5. Os valores relativos aos gastos com vale-transporte serão revisados somente no caso de aumento das passagens urbanas autorizados pelo órgão de controle.

4.6. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE o pedido de repactuação/revisão do valor contratual, quando devido, acompanhado da demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços ora contratados e considerando o nº de 05 (cinco) aprendizes, o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____), e compreende impostos, taxas, encargos sociais e administrativos,

bem como as despesas com insumos e materiais.

5.2. O preço global do presente Contrato, considerando os 24 (vinte e quatro) meses de sua vigência, é estimado em **R\$** _____ (**_____**), conforme ANEXO I.

5.3. A despesa orçamentária da execução deste contrato durante o presente exercício correrá à conta da **Natureza da Despesa** _____, da **Atividade** _____.

5.4. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento.

5.5. O pagamento do preço relativos aos serviços prestados será efetuado em até 10 dias úteis, contados da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos comprobatórios exigidos, desde que verificados e aceitos pela CONTRATANTE.

5.6. Caso seja recusada a correspondente Nota Fiscal/Fatura por incorreções, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do documento fiscal, a depender do evento.

5.7. Na ocasião do pagamento a CONTRATANTE procederá à consulta prévia quanto a regularidade fiscal no SICAF (via ON LINE), ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.

5.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, serão tomadas as providências previstas no Art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estando sujeita às penalidades previstas.

5.9. A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE o nome do banco, a agência, a localidade e o número da conta corrente em que se efetuará o crédito devido.

5.10. O pagamento a ser realizado pela CONTRATANTE, somente será liberado mediante apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

5.10.1. Folha de ponto com informações relativas às frequências dos Jovens Aprendizes nas atividades práticas (disponibilizada pela Contratante) e teóricas (disponibilizada pela Contratada).

5.10.2. Planilha de Demonstrativo Mensal, com detalhamentos dos valores constantes na Nota Fiscal: salários, descontos de faltas, encargos sociais, insumos, taxas, contribuição institucional e outras obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, conforme legislação vigente, incluindo eventuais glosas/multas apontadas pela CONTRATANTE, referente ao mês anterior.

5.10.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Receita Federal do Brasil, em plena validade.

5.10.4. Certidão de Regularidade de situação junto ao FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal, em plena validade.

5.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, nos termos da Lei nº 12.440/2011, em plena validade.

5.10.6. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

5.10.7. Declaração na forma dos Anexos II, III e IV da IN 1234/2012, conforme o caso, em 2(duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, originais via correio ou por meio eletrônico com utilização de certificação digital.

5.10.8. Folha de pagamento dos aprendizes alocados na CONTRATANTE com comprovação do Pagamento dos Salários, conforme inciso III, Art. 47, art. 134 e Art. 135, IN MPS/SRP N°. 971 de 13/11/2009, acompanhada dos recibos ASSINADOS, se for o caso, dos pagamentos dos Salários.

5.10.9. Guia de Recolhimento FGTS (mês anterior) e comprovante de pagamento, conforme Art. 78, 79, 80, 81, 112, 113, 114, 117, 118 e 133, IN MPS/SRP N° 971 de 13/11/2009.

5.10.10. Relatório Analítico da GRF ou resumo de Fechamento - Empresa - FGTS.

5.10.11. Comprovante de Declaração à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS.

5.10.12. Protocolo de Envio Conectividade Social, conforme inciso VIII, art. 47, IN MPS/SRP N° 971 de 13/11/2009 e IN nº. 5 de 26/05/2017.

5.10.13. Guia de Previdência social (mês anterior) e comprovante de pagamento, conforme Art. 78, 79, 80, 81, 112, 113, 114, 117, 118 e 133, MPS/SRP N° 971 de 13/11/2009.

5.10.14. GFIP/SEFIP, Previdência Social e FGTS – Competência Mês Anterior.

5.10.15. Relação dos Aprendizes constante no arquivo SEFIP, modalidade “branco”

- Recolhimento aos FGTS e Declaração à Previdência, se houver demissão no período, bem como, toda documentação pertinente à rescisão de contrato de trabalho do jovem aprendiz.

5.10.16. Comprovante de entrega do Vale Transporte, se houver, aos jovens aprendizes disponibilizados para a CONTRATANTE.

5.10.17. Comprovante da Concessão e Pagamento das Férias aos jovens aprendizes disponibilizados para a CONTRATANTE.

5.10.18. Comprovante de pagamento do 13º salário e respectiva GFIP/SEFIP, GPS e comprovante de pagamento, quando devido, relativo aos aprendizes disponibilizados para a CONTRATANTE.

5.11. Serão retidos na fonte sobre os pagamentos, o Imposto sobre a renda da pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o PIS/PASEP, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição Previdenciária, na forma da legislação em vigor, devendo ser observado para tanto os itens 5.12 a 5.14.

5.12. Caso a contratada seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006. Para comprovar esta condição, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, enviado à Receita Federal do Brasil comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão-de-obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

5.13. As pessoas Jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero, devem informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção tributária sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

5.14. As pessoas jurídicas enquadradas como instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o Art. 12 da Lei nº 9.532/1997 deverão apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo da Instrução Normativa/RFB nº 1.234/2012 assinado pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL, bem como, apresentar a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS, a que se refere o Art. 29 da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 e Art. 6º, parágrafo 6º da Instrução Normativa/RFB nº 1.234/2012.

5.15. As pessoas jurídicas enquadradas como instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis, a que se refere o Art. o 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 deverão apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo seu Representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

5.16 As pessoas jurídicas amparadas pela suspensão da exigibilidade do crédito tributário nas hipóteses a que se referem os incisos II, IV e V do Art. 151 da Lei nº 5.172/1996, Código Tributário Nacional, ou por sentença judicial transitada em julgado, determinando a suspensão do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ou da Contribuição para o PIS/PASEP deverá apresentar, a cada pagamento, a comprovação de que o direito a não retenção continua amparado por medida judicial.

5.17 Não serão aceitas notas fiscais que omitam as indicações necessárias à perfeita identificação da prestação do serviço, que não for o legalmente exigido para a respectiva operação, que contiver declarações inexatas, que estiver preenchido de forma ilegível ou apresentar emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza, ou ainda, que descumprirem outras disposições contidas na legislação tributária.

5.18. Do pagamento efetuado poderão ser descontadas, compulsoriamente, as multas previstas e as sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

5.19. Nos casos em que a CONTRATADA apresente os documentos obrigatórios e a Nota Fiscal/Fatura com incorreções, a CONTRATANTE se eximirá de qualquer encargo resultante de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

5.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou de 12% (doze por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365 \text{ EM} = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

5.21. O pagamento dos salários dos aprendizes pela CONTRATADA deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos aprendizes, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

5.22. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, e desde que não se constate má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

5.23. Em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, fica desde já a CONTRATANTE autorizada a efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos aprendizes, não configurando tal ato em vínculo empregatício ou implicando a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os aprendizes contratados pela CONTRATADA.

5.24. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo acima pela CONTRATANTE, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO

6.1. Nos termos do art. 12 do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018, é admitida a repactuação deste contrato, desde que seja observado o **interregno mínimo de um ano** das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, a qual poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

6.2. A repactuação será utilizada quando ocorrer variação de custos dos serviços socioassistenciais por força de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, bem como quando ocorrer variação dos custos de materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços, em decorrência do mercado, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, quando aplicáveis.

6.3. Quando houver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação será dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

6.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho repassará integralmente o aumento de custos dos serviços socioassistenciais decorrente desses instrumentos.

6.5. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação da proposta constante do Edital, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo de materiais, insumos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente dos serviços prestados pelos aprendizes e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

III - da data inicial deste instrumento, para a Contribuição Institucional devida à CONTRATADA pelos serviços prestados, com base no índice do INPC (IBGE).

6.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

6.7. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamentam a repactuação, conforme for a variação dos custos objeto da repactuação.

6.8. A variação de **custos decorrente do mercado** somente será concedida mediante a comprovação pela CONTRATADA do aumento dos custos, mediante apresentação de memória de cálculo e planilhas apropriadas a serem submetidas à análise e aprovação da CONTRATANTE, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do contrato em vigência;

III - a nova planilha com variação dos custos apresentada;

IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

6.9. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.10. A **repactuação de custos relativos a insumos, tais como materiais e equipamentos** fica limitada ao valor auferido com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Só será admitida a repactuação acima desse limite, excepcionalmente, em relação às situações em que ficar devidamente demonstrado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.11. As repactuações serão formalizadas por meio de **apostilamento**, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese na qual seus termos poderão ser incluídos na minuta de termo aditivo.

6.12. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou,

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo dos serviços em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de

instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.16. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou dos itens que compõem o respectivo custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela CONTRATANTE.

6.17. A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 13.303/2016, poderá ser realizada por iniciativa da CONTRATANTE ou mediante solicitação da CONTRATADA, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- a) A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência de fato gerador;
- b) A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão, naquilo em que for aplicável;
- c) Com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar a Planilha de Custos e Formação de Preços, comparativas entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e
- d) A CONTRATANTE examinará o requerimento e informará à CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS POR MEIO DE CONTA VINCULADA ESPECÍFICA

7.1. A CONTRATANTE, de acordo com o previsto no Art. 18, § 1º, inciso I da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, provisionará os valores referentes ao pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos jovens aprendizes disponibilizados pela CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome da CONTRATADA, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 2017, SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão os quais somente serão liberados para o pagamento dessas verbas aos aprendizes, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

7.2. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

I - 13º (décimo terceiro) salário;

II - Férias e um terço constitucional de férias;

III - Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

IV - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.3. Os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

7.4. A abertura e movimentação da referida conta ficam condicionadas à emissão pela CONTRATANTE de ofícios conforme IN nº 05/2017/SEGES/MPDG.

7.5. Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

7.6. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no Termo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTRATANTE e a instituição bancária.

7.7. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.8. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

I. Parcial e anualmente pelo valor correspondente aos 13º salários dos empregados vinculados ao contrato, quando devidos;

II. Parcialmente pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

III. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

IV. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

7.9. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no item 7.2 desta Cláusula ou eventuais indenizações trabalhistas aos aprendizes, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, devendo a empresa apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

I. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta vinculada, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

II. A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos aprendizes favorecidos.

III. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.10. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta vinculada será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, se for o caso, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.11. Os valores provisionados para atendimento do parágrafo segundo desta Cláusula serão discriminados conforme tabela abaixo:

Elemento de Custo	Base Legal	Estimativa Mensal/Aprendiz
Salário	Salário mínimo/hora, 20h/semanais (CLT, art. 428, § 2º)	R\$ 761,55
Vale-transporte	Conforme utilização efetiva trajeto residência-trabalho (CLT, art. 458, § 2º). Estimativa: R\$ 198,00/mês para aprendizes alocados na Sede (Aracaju - transporte urbano); para aprendizes alocados no Campo Experimental de Itaporanga, o valor será calculado conforme tarifa intermunicipal e itinerário específico residência ↔ local de trabalho.	R\$ 198,00
Exames médicos ocupacionais	PCMSO - NR-7 (admissional, periódico anual, demissional - rateio mensal)	R\$ 10,84
FGTS	2% sobre remuneração (Lei 8.036/90, art. 15, § 7º)	R\$ 15,23
Taxa de Administração - VT	5,35% sobre Vale-Transporte	R\$ 10,59
Provisões (férias, 13º, FGTS - rescisão)	Rateio mensal proporcional	R\$ 151,03
SUBTOTAL por aprendiz/mês	-	R\$ 1.147,24
Total mensal (5 aprendizes)	5 × R\$ 1.147,24	R\$ 5.736,20
Total 24 meses (5 aprendizes)	R\$ 5.736,20 × 24	R\$ 137.668,80

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E MÚTUAS

8.1. As Partes se comprometem a conduzir suas atividades de maneira ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais.

8.2. As Partes se obrigam a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, superintendentes, funcionários, agentes ou eventuais subcontratados, enfim, quaisquer representantes (denominados "Colaboradores"), os termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), bem como demais leis, normas e regulamentos que versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública (denominada "Leis Anticorrupção").

8.3. As Partes se obrigam a abster-se de agir de forma lesiva à administração pública nacional, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, e de praticar quaisquer atos ou atividades que facilitem, constituam ou impliquem no descumprimento da legislação anticorrupção em vigor, devendo:

- Manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas;
- Dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais elegíveis que venham a se relacionar com a outra Parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste Contrato;
- Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente a outra Parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

8.4. A CONTRATANTE declara, neste ato, que está ciente, conhece e entende os termos do "Código de Conduta de Parceiros e Fornecedores" da CONTRATADA, disponível no website: _____, e se compromete a observá-lo e cumpri-lo para a execução do objeto deste instrumento.

8.5. A CONTRATANTE assume que, até onde é de seu conhecimento, nem ela nem nenhum de seus Colaboradores estão sendo investigados por qualquer autoridade ou órgão público, bem como não há qualquer processo administrativo ou judicial em curso contra ela e/ou qualquer de seus Colaboradores, cujo objeto seja o descumprimento de Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA NONA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO

9.1. O Contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, que devem ser comprovados mediante laudo de avaliação elaborado pela CONTRATADA, a quem cabe a sua supervisão e avaliação, após consulta à CONTRATANTE;
- falta disciplinar grave prevista no Art. 482 da CLT;
- ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, comprovada por meio de declaração do estabelecimento de ensino;
- a pedido do aprendiz;
- fechamento do estabelecimento, quando não houver a possibilidade de transferência do aprendiz sem que isso gere prejuízo ao próprio aprendiz;
- morte do empregador constituído em empresa individual;
- rescisão indireta.

9.2. As hipóteses previstas nas alíneas acima devem ser sempre justificadas e/ou comprovadas por expresso e por escrito e, quando o caso, deve ser precedida de laudo de avaliação, ou documento que o valha, firmado pela Instrutora de Aprendizagem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor e fiscal técnico do contrato. A designação do gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato será realizada através de Ordem de Serviço específica.

10.2. Para efeito do contrato, considera-se:

I. Gestor do contrato: empregado da CONTRATANTE designado para coordenar, comandar e gerenciar o contrato com o devido acompanhamento dos ajustes contratuais como o reajuste, a repactuação, suspensão, aplicação de sanções, advertência e o reequilíbrio econômico-financeiro, de incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, de prorrogação, entre outras pertinentes à função;

II. Fiscal Técnico do Contrato: empregado da CONTRATANTE designado que terá como função operacional o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, conferindo e constatando *in loco* a execução do objeto contratado, relatando os fatos à autoridade competente, anotando as ocorrências em registro próprio (manual ou eletrônico) e determinando a regularização de faltas ou defeitos observados;

III. Fiscal Administrativo do Contrato: empregado da CONTRATANTE designado cujas atribuições inerentes ao encargo implicam na responsabilidade de auxiliar o gestor do contrato no acompanhamento e fiscalização dos aspectos administrativos do Contrato.

10.3. Ao(s) gestor(es) indicado(s) pela CONTRATANTE, constarão as atividades e obrigações a serem cumpridas.

10.4. O(s) gestor(es) do contrato terá(ão) autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, devendo atuar em conformidade com a Lei 13.303/2016, o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - 037.011.003.001 e demais diplomas legais correlatos.

10.5. O(s) gestor(es) deverá(ão) promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - 037.011.003.001.

10.6. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

10.7. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - atraso na execução do objeto da licitação, ou parte dele, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), por dia de atraso, sobre o valor do(s) serviço(s) não prestado(s), até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da remuneração da Contratada, o que ensejará a aplicação disposto na Cláusula Décima Segunda, bem como das demais penalidades previstas em Lei;

III - A ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelo inciso II deste item ensejará a aplicação, à CONTRATADA, da multa de 10% do valor da remuneração da Contratada, para cada evento, sem prejuízo do disposto na Cláusula de rescisão, bem como das demais penalidades previstas em Lei.

11.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a CONTRATADA poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, Art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos.

11.3. As multas acima estabelecidas, podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) da remuneração da Contratada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

11.4. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou da garantia prestada, ou, se insuficiente, ficará a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contado da intimação da CONTRATANTE, na conta única UG e Gestão da Embrapa, através de GRU.

11.5. A Embrapa poderá deduzir, ainda, do montante a pagar e/ou da garantia prestada (quando for o caso), os valores correspondentes à indenizações devidas pela Contratada, em função deste Contrato.

11.6. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

11.7. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

11.7.1. Constatado pela equipe de fiscalização contratual a ocorrência de qualquer desvio das regras contratuais ou do descumprimento de qualquer obrigação constante de lei, regulamento ou qualquer ato normativo, esta providenciará o registro da ocorrência, nos autos do processo de fiscalização contratual e expedirá advertência, por escrito, que deverá ser entregue ao preposto da CONTRATADA ou a seus representantes, para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas;

11.7.2. A equipe responsável pela fiscalização contratual avaliará, sendo a desvio corrigido no prazo estabelecido ou não, se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades;

11.7.3. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa ou sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, Art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos, o Gestor contratual deverá instaurar processo de aplicação de penalidades e notificará a CONTRATADA, sobre este evento, por meio de intimação que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

11.7.4. A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - indicação dos fatos e fundamentos legais e/ou contratuais descumpridos;

IV - as penas as quais estará sujeito ao final do processo;

V - O prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, nos termos do § 2º do

Art. 83 da Lei 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VI - Orientações para que a CONTRATADA se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos considerará que a contratada encontra-se com vista franqueada do processo;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento.

11.7.5. Decorrido o prazo para a apresentação da Defesa Prévia, a autoridade responsável pela Gestão Contratual decidirá, de forma fundamentada considerando a natureza e gravidade das infrações; a culpabilidade da contratada, segundo os fatos e as circunstâncias do evento e das justificativas apresentados na defesa;

11.7.6. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no contrato;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação de pena de forma imediata.

11.7.7. Proferida Decisão, a CONTRATADA será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

11.7.8. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso a CONTRATADA acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

11.7.9. Poderá a CONTRATADA, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

11.7.10. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao Gestor do Contrato, autor da Decisão recorrida, que poderá revê-la ou mantê-la.

11.7.11. Após seu pronunciamento, o Gestor Contratual, deverá encaminhar, de ofício, ao Chefe Adjunto de Administração os termos de sua Decisão, para que a confirme ou altere seus termos.

11.7.12. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

11.7.12.1. O não conhecimento do recurso não impede a CONTRATANTE de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

11.7.13. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior, a CONTRATADA deverá ser notificada de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

11.7.14. Após esta Decisão final a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF.

11.7.15. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

11.7.16. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

11.7.17. Qualquer outro recurso, pedido de reconsideração ou revisão, não suspenderá os efeitos das penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. A rescisão do contrato se dá:

- a) de forma unilateral, conforme as hipóteses previstas no instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;
- b) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a contratada;
- c) por determinação judicial.

12.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;
- e) inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Embrapa.

12.3. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "c", "d", "e", e "f" da subseção será efetivada após o regular processo administrativo.

12.4. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

12.5. Nas situações de rescisão unilateral, garantida a defesa prévia em processo administrativo, responderá a CONTRATADA pelos prejuízos ocasionados, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizados.

12.6. Em razão da vigência determinada de cada Contrato de Aprendizagem, bem como da equivalência da contratação do aprendiz, aplicar-se-á também aos aprendizes os casos de estabilidade provisória nos termos da legislação trabalhista e demais normas aplicáveis à aprendizagem, situação em que o encerramento deste Contrato não implica na obrigação da **CONTRATADA** rescindir antecipadamente Contrato(s) de Aprendizagem vigente(s) quando da data do citado encerramento da parceria, cabendo, consequentemente, à(s) **CONTRATANTE(S)** repassar(em) à **CONTRATADA**, o valor da contribuição institucional de cada aprendiz e todas as verbas trabalhistas, custos e encargos devidos, nos termos da lei aplicável e deste instrumento, até o final da vigência do(s) Contrato(s) de Aprendizagem firmado(s), para cumprimento exclusivo da cota de aprendizes de cada **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA

13.1. O presente Contrato terá vigência mínima pelo prazo de **24 (vinte e quatro)**, a contar de _____ de **2026**, podendo ser prorrogado, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante formalização de Termo Aditivo, em conformidade com o Art. 71, da Lei nº 13.303/2016.

13.2. O Contrato poderá, a qualquer tempo, ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante comunicado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Nos casos de gravidez, de acidente, e serviço militar, os Contratos de Aprendizagem serão prorrogados até o final da estabilidade gestacional, acidentária ou término do serviço militar, cabendo à CONTRATANTE o repasse das verbas trabalhistas e demais encargos previstos neste contrato à CONTRATADA, pelo prazo remanescente do respectivo contrato de aprendizagem.

14.2. Caso a gravidez da adolescente/jovem aprendiz venha a ser constatada e comunicada formalmente à CONTRATADA ou diretamente à CONTRATANTE, após o seu desligamento, se ainda estiver no período da estabilidade, a CONTRATADA promoverá a sua reintegração, se possível, ou, na hipótese de indenização, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA o valor da indenização correspondente à data do aludido desligamento até o final da estabilidade gestacional, nos termos da legislação trabalhista e demais normas aplicáveis à aprendizagem.

14.3. A CONTRATADA se responsabiliza por responder todo e qualquer questionamento relacionado a essa condição, tanto na esfera judicial como na esfera administrativa, especialmente, mas não se limitando, os advindos dos órgãos que fiscalizam as relações de trabalho e emprego.

14.4. Caso a CONTRATANTE seja notificada para esclarecer eventual divergência nos contratos firmados com os aprendizes contratados sob a égide desse Contrato, a CONTRATADA ficará responsável por responder aos devidos questionamentos que possam surgir de todos os órgãos, incluindo, mas não se limitando, ao Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Sindicatos, Conselho Tutelar etc.

14.5. A CONTRATADA responsabiliza-se em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos, assumindo a responsabilidade exclusiva de todos os custos e despesas provenientes de eventuais notificações, citações, autuações, intimações, depósitos recursais ou condenações de demandas ajuizadas pelos aprendizes contratados sob a égide desse Contrato. Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, deverá informar à CONTRATADA, que assumirá a resposta administrativa, ou o polo passivo da demanda requerendo a imediata exclusão da CONTRATANTE, ou, sendo indeferido esse pedido pela autoridade administrativa ou judicial, a CONTRATADA deverá provisionar valores de perda possível dessas demandas, a pedido e por ordem da CONTRATANTE.

14.6. Fica expressamente convencionado que, na hipótese de uma das PARTES ser autuada, notificada, intimada ou condenada, por qualquer obrigação de responsabilidade da outra PARTE, seja de que natureza for, mesmo após o término do Contrato, a PARTE inocente deverá notificar a PARTE infratora para que esta, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento de tal notificação, cumpra a obrigação determinada.

14.7. As PARTES acordam em realizar a revisão dos valores ora contratados na hipótese de criação, extinção ou ainda, alteração de alíquotas de quaisquer dos tributos, impostos, contribuições, taxas e encargos de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratação dos Aprendizes e devidos na forma da lei durante o prazo de vigência deste Contrato que impliquem em acréscimo ou decréscimo do valor total contratado, a fim de adequá-lo à nova realidade.

14.8. Na hipótese de alteração legislativa que promova quaisquer alterações nas relações jurídicas pertinentes ao Contrato de aprendizagem e que impliquem em majoração dos custos diretos ou indiretos da contratação, estes custos serão repassados à CONTRATANTE.

14.9. Eventuais casos omissos ou lacunas serão resolvidos pelas PARTES de acordo com os princípios da teoria geral dos contratos e boa-fé, e com base

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

15.1. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados que venha a causar, dolosa ou culposamente, ao patrimônio da CONTRATANTE, porventura oriundos da execução deste Contrato, desde que seja comprovado o dano, culpabilidade e o nexo de causalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO NEPOTISMO

16.1. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

16.2. Entende-se como familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 Considerando o Tratamento de Dados Pessoais que é realizado pelas Partes ou suas afiliadas, seus funcionários, representantes, contratados ou outros, as Partes devem garantir que qualquer pessoa envolvida no Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, em razão deste instrumento, cumprirá esta cláusula, sendo que as partes atuarão conjuntamente nas operações que tratem Dados Pessoais:

CONTRATADA: _____:

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: nomeado e identificado conforme informação constante no seguinte link: _____.

E-mail: _____

CONTRATANTE: EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS:

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais (se nomeado): _____

E-mail do Encarregado ou da área responsável pela área de privacidade e proteção de dados pessoais: cpatc.sgp@embrapa.br

17.2 As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

17.3 A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

17.4 A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

17.5 A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

17.6 A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou em sua falta, em até 72 (setenta e duas horas) da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

17.7 A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

17.8 As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Embrapa e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no Art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

17.9 As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os Arts. 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações.

17.10 Sempre que necessário, deverão as Partes auxiliar uma a outra no atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, sem demora injustificada, em até 5 (cinco) dias úteis: (i) a confirmação da existência do tratamento; (ii) o acesso aos dados pessoais tratados; (iii) a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; (iv) a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos dados pessoais; (v) a portabilidade dos dados pessoais; (vi) informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizada o compartilhamento de dados; (vii) informar as consequências da revogação do consentimento; e (viii) informar os fatores que levaram a uma decisão automatizada. Igualmente as Partes deverão assegurar que as informações pessoais tratadas em razão da finalidade celebrada neste instrumento permaneçam corretas e devidamente atualizadas, devendo as informações desatualizadas serem corrigidas ou excluídas.

17.11 Quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, as Partes deverão devolver os dados pessoais compartilhados em razão das finalidades previamente pactuadas e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos, desde que inexistir base legal para tratamento desses dados. Não obstante, em caso de solicitação expressa e justificada, por escrito, de uma das Partes, deverá a outra Parte manter em arquivo os dados pessoais compartilhados para cumprimento da finalidade determinada pelo presente instrumento, pelo tempo determinado na solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO SIGILO

18.1. As partes, desde já, se obrigam por si, seus diretores, funcionários ou pessoal contratado, a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e quaisquer informações relacionadas às atividades das Partes diversa, das quais venha a ter conhecimento ou acesso em razão do cumprimento do presente Contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, sem a prévia e expressa autorização da Parte contrária, responsabilizando-se, em caso de descumprimento dessa obrigação assumida, por eventuais perdas e danos, lucros cessantes e demais cominações legais.

18.2. Não serão consideradas informações confidenciais: (i) aquelas que sejam de domínio público antes de sua revelação à Parte contrária; (ii) aquelas que se tornem de domínio público por qualquer meio que não uma violação das obrigações previstas neste Contrato; e (iii) aquelas requisitadas por autoridade governamental ou decisão judicial, desde que a Parte receptora notifique previamente a outra parte.

18.3. As obrigações assumidas nesta Cláusula tornar-se-ão válidas a partir da data de assinatura do presente instrumento e subsistirão a rescisão, rescisão ou término do presente ajuste, por qualquer motivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, alcançando as Partes, seus representantes e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

19.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001."

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1.A CONTRATANTE publicará, oportunamente, o extrato do presente contrato, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. O Foro do presente Contrato é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Aracaju/SE, para solucionar os litígios, que não venham a ser resolvidos administrativamente.

21.2 E por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Aracaju-SE, ____ de _____ de 2026.

Chefe-Geral da Embrapa

Chefe-Adjunto de Administração da Embrapa

Contrata

Testemunhas:

1º) _____
CPF: _____

2º) _____
CPF: _____

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS DOS APRENDIZES

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS — JOVEM APRENDIZ				
Item	Descrição	% / periodicidade	Valor (R\$)	Fórmula / memória
1 SALÁRIO		%	VALOR (R\$)	
1.1	Salário	100,00%	R\$ 761,55	Salário-hora × horas semanais × semanas médias × 7/6
1.2	Periculosidade	0,00%	-	Sem previsão.
1.3	Insalubridade	0,00%	-	Sem previsão.
1.4	Total	100,00%	R\$ 761,55	Soma de 1.1 a 1.3
2 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE SALÁRIO		%	VALOR (R\$)	
2.1	INSS	ISENTO	-	Sem previsão.
2.2	FGTS - 2,0% sobre (1.1 + 1.2 + 1.3)	2,00%	R\$ 15,23	FGTS sobre remuneração salarial.
2.3	PIS	IMUNE	-	Sem previsão.
2.4	Total dos encargos sociais	2,00%	R\$ 15,23	Soma de 2.1 a 2.3
3 PROVISÃO MENSAL SOBRE SALÁRIO		REPRESENTATIVIDADE % AJUSTADA	VALOR (R\$)	
3.1	Férias - (1.1 + 1.2 + 1.3) / 12	8,33%	R\$ 63,46	1/12 da remuneração.
3.2	Terço legal de férias - (1/3 sobre 3.1)	2,78%	R\$ 21,15	Adicional constitucional de 1/3 sobre férias.
3.3	FGTS sobre férias - 2,0% sobre (3.1 + 3.2)	0,22%	R\$ 1,69	FGTS sobre férias + terço.
3.4	13º Salário - (1.1 + 1.2 + 1.3) / 12	8,33%	R\$ 63,46	1/12 da remuneração.
3.5	FGTS sobre 13º Salário - 2,0% sobre 3.4	0,17%	R\$ 1,27	FGTS sobre 13º.
3.6	Total das provisões	0,198319217	R\$ 151,03	Soma das provisões mensais.
4 BENEFÍCIOS		PERIODICIDADE	VALOR (R\$)	
4.1	Vale Transporte	mensal	R\$ 198,00	R\$ 9,00 (passagem ida e volta) x 22 (dias)
4.1.1	Taxa de Administração do VT - (5,35% sobre 4.1)	mensal	R\$ 10,59	
4.2	Total dos benefícios	mensal	R\$ 208,59	Soma dos benefícios.
5 DESPESAS		PERIODICIDADE	VALOR (R\$)	
5.1	PCMSO Por Aprendiz (exames médicos)	mensal	R\$ 10,84	Valor Estimado.
5.2	Total das despesas	mensal	R\$ 10,84	Soma das despesas.
6 CUSTOS OPERACIONAIS		PERIODICIDADE	VALOR (R\$)	
6.1	Contribuição Institucional / Taxa de Administração	mensal	R\$ 558,25	Valor Estimado.
6.2	Total dos custos operacionais	mensal	R\$ 558,25	Soma dos custos operacionais.

QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL POR APRENDIZ		VALOR (R\$)
1	Total do Salário	R\$ 761,55
2	Total dos Encargos Sociais sobre salário	R\$ 15,23
3	Total das Provisões	R\$ 151,03
4	Total dos Benefícios	R\$ 208,59
5	Total de Despesas	R\$ 10,84
6	Total dos custos operacionais	R\$ 558,25
7	Valor Mensal Por Aprendiz (1+2+3+4+5+6)	R\$ 1.705,49
8	Valor Total Mensal Para 5 Aprendizizes	R\$ 8.527,45
QUADRO DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO		VALOR (R\$)
9	Valor Global do Contrato Para 24 Meses Para 1 Aprendizizes	R\$ 40.931,76 Valor mensal por aprendiz × vigência em meses.
10	Valor Global do Contrato Para 24 Meses Para 5 Aprendizizes	R\$ 204.658,80 Valor mensal total × vigência em meses.

Observação: Os valores dos custos diretos variam mensalmente conforme execução real, dias úteis, utilização de vale-transporte, realização de exames, etc. O exemplo acima é meramente ilustrativo e considera o valor da Taxa de Administração no valor de R\$ 558,25/por jovem/mês.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Valeska Medeiros Dantas Simões**, **Chefe-Adjunto**, em 29/04/2026, às 11:46, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13493572** e o código CRC **5490D035**.